



Anais da Assembléia

N.º 156

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 1.980

ANO VI

ATOS DA PRESIDÊNCIA:

RESOLUÇÃO N.º 62/80

DATA: 04 de Dezembro de 1.980.

SÚMULA: Institui normas na elaboração da Proposta Orçamentária do Poder Legislativo, disciplina montante de verbas destinadas aos Gabinetes de Representação e estabelece obrigatoriedade de depósito das verbas deste Poder junto ao Banco do Estado do Paraná S.A.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — A proposta orçamentária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, após a sua elaboração, deverá ser encaminhada para parecer da Comissão de Orçamento, até o dia 31 de maio do ano imediatamente anterior ao fixado para o início de sua vigência.

§ 1.º — A Comissão de Orçamento abrirá prazo de 5 (cinco) dias para reformulações, as quais deverão ser apresentadas com justificativas circunstanciadas.

§ 2.º — Vencido o prazo para a reformulação, a Comissão de Orçamento terá o prazo de 8 (oito) dias para emitir o parecer e enviar à deliberação do Plenário.

§ 3.º — A proposta será submetida à apreciação do Plenário em uma única discussão e votação.

§ 4.º — A proposta deverá ser devolvida à Comissão Executiva até o dia 30 de junho do ano anterior ao fixado para início de sua vigência.

Art. 2.º — Os Gabinetes de Representação somente terão direito a créditos no elemento 3.1.3.0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS, sub-elemento 3.1.3.2 — Outros Serviços de Terceiros e Encargos, não podendo ultrapassar, anualmente, aos seguintes montantes:

a — Presidência	420 valores de referência
b — 1.ª Secretaria	380 valores de referência
c — 2.ª Secretaria	320 valores de referência
d — 1.ª Vice-Presidência	110 valores de referência
e — 2.ª Vice-Presidência	90 valores de referência
f — 3.ª e 4.ª Secretarias e	

Liderança do Governo — cada. . .	80 valores de referência
g — Liderança dos Partidos Políticos . .	400 valores de referência

§ 1.º — Os valores de referência, para cálculo do disposto no "caput" deste artigo, serão os adotados no dia 1.º de maio do ano imediatamente anterior para o início da vigência dos créditos.

§ 2.º — Os créditos destinados no item "g" do "caput" deste artigo, serão divididos entre os Gabinetes de Representação das Lideranças dos Partidos Políticos, proporcionalmente ao número de Deputados de cada bancada, não podendo, contudo, ser inferior a 50 (cinquenta) e nem superior a 110 (cento e dez) valores de referência o destinado a cada Liderança dos Partidos Políticos.

§ 3.º — A Comissão Executiva alocará, subdividindo os recursos, nos itens do elemento constante do "caput" deste artigo.

§ 4.º — Aos titulares dos Gabinetes de Representação caberão quotas proporcionais ao tempo de exercício do mandato.

Art. 3.º — Os recursos financeiros destinados à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deverão ser depositados e movimentados em agências do Banco do Estado do Paraná S.A.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.1.980

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ
PRESIDENTE

JUSTIFICATIVA:

O que se pretende com o presente Projeto de Resolução é adequar a Proposta Orçamentária deste Poder aos moldes da Proposta Orçamentária do Poder Executivo, cuja tramitação é feita com ditames constitucionais.

Com referência às verbas destinadas aos Gabinetes de Representação, pretende-se unicamente criar um critério de distribuição, compatível com a finalidade dos mesmos, e, finalmente, quanto à obrigatoriedade de depósito de verbas destinadas a este Poder no Banco do Estado do Paraná S.A., visa-se tão somente prestigiar o estabelecimento bancário oficial do Estado do Paraná.

RESOLUÇÃO N.º 63/80

DATA: 04 de Dezembro de 1.980.

SÚMULA: Regulamenta o Serviço de Segurança da Assembléia Legislativa.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — O Serviço de Segurança criado pela Resolução n.º 01/63, e estruturado pela Assembléia através do Decreto Legislativo n.º 187/80 com poderes que lhes foram outorgados pelo art. 8.º da Lei n.º 7.289, de 27 de dezembro de 1.979, será subordinado administrativamente à Diretoria Geral.

Art. 2.º — Integrarão o Serviço de Segurança, funcionários especializados do Quadro de Pessoal da Secretaria, recrutados e designados pela Diretoria Geral.

Art. 3.º — O Serviço de Segurança terá como Coordenador Geral, um funcionário público civil ativo, de nível superior, que tenha certificado de conclusão do Curso de Criminologia da Escola de Polícia do Estado do Paraná.

Art. 4.º — As normas técnicas de funcionamento serão propostas pelo Coordenador Geral ao Diretor Geral da Assembléia, o qual, após aprová-las, baixará Portaria estabelecendo as respectivas condições.

Art. 5.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.1.980.

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ
PRESIDENTE

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 155.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1.980.

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

TERÇA-FEIRA.

[Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, Secretariada pelos Srs. Deputados Del Ciel e Renato Bernardi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli,

Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, Gilberto Carvalho, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Túlio Zanchet, Valduga, Waldir Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (51). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Augusto Carneiro, Edilson Alencar, João Elísio, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves, Nilso Sguarezi e Trajano Bastos. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º – SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. JURANDIR MESSIAS – (Questão de ordem) Gostaria de dizer que foi invertido o nome de Pitanga por Palmas no meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa acha que tem procedência a Questão de Ordem levantada pelo Sr. Deputado, e determina a correção da ata. Está em votação a ata que acaba de ser lida. **Aprovada, sem outras observações.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido em data de 08 de dezembro do corrente ano, do SR ANTONIO DIZI-VIESWIKI.

O extinto era sogro do Sr. ALBANO FERREIRA DE BARROS, Prefeito Municipal de Jaguariaíva, neste Estado.

Tal passamento consternou profundamente a sociedade jaguariaivense, onde o mesmo residia a muitos anos, tendo em vista a grande estima, respeito e amizade que o extinto angariou durante sua vida no setor familiar e privado.

Requer ainda, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, pelo Sr. ALBANO FERREIRA DE BARROS, Prefeito Municipal de Jaguariaíva, neste Estado.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1.980

a) Gabriel Manoel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, ouvido o Plenário,

seja consignada na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem e brilhante músico, cantor e compositor JOHN LENNON, ocorrido nesta madrugada, na cidade de Nova Iorque.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1.980

aa) Mário Celso, Darcy Deitos

JUSTIFICATIVA:

Prematuramente desaparecido, de forma trágica e cruel, John Lennon deixou o mundo enlutado, pois sua morte representa o fim de uma etapa na música internacional.

Compositor dos mais seguros e comunicativos, conseguia transmitir mensagens puras, ao sabor do momento atual.

Um grande ídolo, que marcou várias gerações. Sua consagração começou quando ainda estava no grupo THE NURKS, na Inglaterra. Depois formou o conjunto “Long John and Silver Beatles”, passando após para o “Silver Beatles”, terminando no famoso THE BEATLES.

Viveu a grande fase de sua carreira ao lado dos jovens Paul McCartney, Ringo Starr e George Harrisom.

Usando aparelhagens sofisticadas, cabelos longos, e modernizando o rock and rool, chegaram a fama total, criando uma verdadeira beatlemania.

John Lennon participou de diversos filmes, sempre com sucesso. Autor dos maiores sucessos do grupo The Beatles, foi também o responsável pelo lançamento de muitos músicos no cenário mundial além de influenciar vários conjuntos musicais e cantores do mundo inteiro.

Em 1.970 terminaram com o compromisso do quarteto, quando John Lennon passou a cantar isoladamente. O ídolo jovem estava casado com Ioko Ono e gozava de grande prestígio. Deixou uma bagagem inumerável de sucessos consagrados.

A violência retira de cena um dos maiores MITOS da nossa vida artística. Uma perda simplesmente lamentável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM à Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se consigne um VOTO DE REGOZILIO e de PARABENIZAÇÃO, pela passagem do 46.º aniversário de LONDRINA, neste Estado.

Outrossim, requerem também que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao Sr. Prefeito e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1.980

aa) Ruben Valduga, Del Ciel.

JUSTIFICATIVA:

A história do Norte paranaense é das que mais dignifica o homem pelo seu destemor e pioneirismo. Ali foi traçado a luta de um envolvimento do homem e a terra. O homem que chegou e procurou a sua fixação e daí nasceu o progresso e conseqüentemente a nossa redenção geoeconômica.

O café teve seu papel preponderante na luta desenvolvimentista e LONDRINA foi, através do “boom” da época da grandeza cafeeira, conhecida no mundo inteiro.

Ainda hoje consideramos a Capital do Norte, pela sua pujança e grandiosidade, não só no plano agrícola, como na sedimentação dos seus polos industriais.

Desde a sua fundação, Londrina teve vários administradores dos mais cotados, desprendidos e sobretudo dotados de espírito altamente intuitivo, que tanto veio corroborar com a sua expansão.

Hoje, isto é, amanhã, na data de 10 de dezembro, que é, sem dúvida, o marco de sua emancipação política-administrativa, queremos associar-nos às comemorações pela passagem

do seu 46.^o aniversário, quando toda comunidade festeja a efeméride, numa verdadeira demonstração de reconhecimento à sua grandeza.

Queremos também registrar um voto de regozijo e de parabenização pelo programa organizado pela Comissão de Festejos da Prefeitura, bem como ao administrador Antônio Belinatti, que, por sua vez, vem emprestando o seu prestígio, para que amanhã, a data da fundação da cidade, alcance um ponto alto das comemorações e entre para a história das monografias dos municípios do nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se consigne um VOTO DE REGOZILHO e de PARABENIZAÇÃO, pela passagem do 28.^o aniversário de ALVORADA DO SUL.

Outrossim, requer também que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao Sr. Prefeito e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1.980

a) Valduga.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná é um exemplo nacional do velho conceito: o do planejamento integrado. Único Estado da Federação que em menos de meio século conseguiu o fechamento de suas fronteiras agrícolas e a maior integração dos municípios, dando início também ao ciclo da industrialização com o aproveitamento da sua matéria-prima existente.

Hoje, com menos de três décadas, vemos municípios emancipados e em pleno desenvolvimento sócio-político econômico. E as monografias estão aí para registrarem as páginas heroicas e de pioneirismo de nossa gente. E, ainda, somos um Estado que concorre com mais de 30% da produção agrícola do País.

Quero, pois, aqui, associar-me com a comunidade de ALVORADA DO SUL pela passagem do 28.^o aniversário de sua emancipação política e congratular-me também com o seu povo altamente progressista, que tanto tem feito pela nossa emancipação geoeconômica.

Aproveito a oportunidade para parabenizar com a Comissão organizadora das festividades iniciadas no dia 8 e que se estendem até 14 do corrente, ocasião em que se reporta à data histórica de sua fundação, ponto alto das comemorações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente às seguintes autoridades: Ernane Galvêas, Ministro da Fazenda; Antônio Delfim Neto, Ministro do Planejamento; João Camilo Pena, Ministro da Indústria e Comércio; Carlos Langoni, Presidente do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, solicitando elevação do percentual obrigatório de aplicação de depósitos livres por parte da rede bancária para as empresas privadas brasileiras, de 60% para 70%, beneficiando as empresas genuinamente e mais que isso, as pequenas e médias empresas, predominantemente nacionais.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1.980

a) Fiori Luiz.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, usando de suas atribuições e

atendendo as formalidades legais, REQUER o envio de TELEX ao Ministro da Agricultura e ao Presidente do Banco Central, solicitando urgentes medidas quanto à prorrogação dos débitos dos suinocultores no Estado do Paraná, uma vez que a rede bancária, principalmente a privada, não está cumprindo com a reivindicação — aceita pelo Ministério da Agricultura — de prorrogar os financiamentos do setor, vencidos ou vincendos, por 90 (noventa) dias, inclusive nas mesmas condições de juros.

Ocorre ainda, que muitas agências bancárias da região produtora estão ameaçando os suinocultores de protesto e mesmo de cobrança judicial de tais débitos agrícolas.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1.980

a) Nelson Friedrich.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja devolvido para reexame da matéria nele contido, ao Chefe do Poder Executivo, o Projeto de Lei n.^o 127/80, Mensagem Governamental n.^o 53/80. (Autorização para alienação de imóvel na cidade de Toledo).

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1.980

aa) Erondy Silvério, Renato Bernardi.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na oportunidade em que esta Casa aprecia em 2.^a discussão, o almejado plano de reclassificação do funcionalismo do Estado do Paraná, não posso eu, como integrante da classe farmacêutica, calar-me diante de uma situação que está se criando e que vem afetar profundamente os colegas que ocupam cargos públicos. Assim como, os representantes da classe médica e também da classe dos cirurgiões dentistas.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados a uma odiosa discriminação contida no plano, colocando jornadas de trabalho reduzidas para os médicos em 20 horas, para os farmacêuticos e cirurgiões dentistas em 30 horas, com a consequente diminuição dos seus vencimentos.

As outras categorias profissionais de nível superior, continuam tendo o direito de 40 horas semanais. Assim, nós observamos um absurdo de um veterinário ter a possibilidade de exercer 40 horas semanais, recebendo um salário maior, e o médico com formação de um ano a mais, não poderá fazer mais do que 20 horas semanais.

Com relação aos farmacêuticos e odontólogos, não há razão plausível para uma jornada de trabalho reduzida. O químico pode fazer 40 horas semanais, o farmacêutico, que muitas vezes realiza trabalhos semelhantes ao do químico, só pode cumprir 30 horas.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que sejam corrigidas essas distorções, apresento tempestivamente 3 emendas.

a 1.^a Emenda: Ao inciso 1.^o do artigo 5.^o, para excluir as expressões "com exceção dos ocupantes de cargos de médico, cirurgião-dentista e farmacêutico".

A 2.^a Emenda: Para excluir do inciso 2.^o do artigo 5.^o a expressão: "com exceção do ocupante do cargo de médico" e a 3.^a Emenda Aditiva: para incluir a expressão: "ressalvado o previsto do inciso 1.^o desse artigo".

Dessa maneira, acredito que se respeitará o que dispõe a própria Constituição Federal, que estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo

religioso e convicções políticas.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos neste instante, desta tribuna, para dar um agradecimento ao Governador Ney Braga. Ao homem que sempre esteve ao lado do Povo, ao homem que no Governo ou fora dele, batalhou pelas aspirações do povo paranaense.

Dia 12, será celebrado um convênio entre o Estado e o Ministério de Minas e Energia, com a presença do Sr. Presidente da ELETROBRÁS, onde o Paraná, onde a aspiração do povo do Norte Pioneiro, há de ser concretizada com a graça de Deus.

A luta daquele povo, a luta dos homens que comungam ao lado deste Governo sadio, deste Governo paranaense, desse homem que para orgulho nosso, hoje dirige os destinos de nosso querido Estado. A euforia dos Prefeitos do Norte Pioneiro ao terem esta notícia, que é luta de todos nós, da incorporação da Companhia Hidrelétrica Paranapanema, onde as Prefeituras de todo o interior do Norte Pioneiro vão estar libertadas daquela inoperante companhia que vinha, pela sua ineficiência, se arrastando, e o Paraná a sofrer; porque em outras regiões, dentro do padrão da Copel, o Norte Pioneiro vinha sofrendo no padrão de uma companhia inoperante.

O trabalho dos companheiros, o trabalho dos representantes do Norte Pioneiro, não foi em vão. E o Governador Ney Braga disse presente.

No dia 12 vai concretizar esse sonho, onde será incorporada a Companhia Hidrelétrica Paranapanema ao sistema Copel, ao sistema de energia elétrica do Paraná, dando este exemplo de que no Paraná se trabalha. Este exemplo que Ney Braga é um homem que está voltado às causas paranasistas. Exemplo que nós, do Partido do Governo, temos algo a dizer que o mérito é exclusivamente do homem que no timão do Governo paranaense, está olhando por sua terra e por sua gente.

Será assinado o convênio no dia 12 de dezembro em Foz do Areia, quando na presença do Sr. Ministro de Minas e Energia e do Sr. Presidente da ELETROBRÁS, estarão presentes altas autoridades, para que o Governo de Ney Braga diga sim ao Norte Pioneiro. Para que o Governo deste homem que tem dado tudo ao nosso Estado, deste homem que tem dado tudo ao Norte Pioneiro, possamos dizer muito obrigado ao Governador Ney Braga.

Este mérito é única e exclusivamente do Governo que não faz demagogia. Deste Governo que trabalha diuturnamente pelo Paraná e pelo Norte Pioneiro.

É assim que se trabalha, povo do Paraná! É assim que se trabalha, Sr. Presidente, Srs. Deputados, olhando pelo Paraná e por sua gente. Dizemos ao Governador Ney Braga: o mérito é de Vossa Excelência, é dos Prefeitos que também lutaram por esta data significativa, 12 de dezembro, que haveremos de mostrar a liberdade energética daquela inoperante companhia.

Só temos uma palavra: Muito obrigado, Governador Ney Braga!

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra a presença, em nosso plenário, do Sr. Manoel Isaias de Santana, Presidente do Diretório Regional do PT no Paraná.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pe-

queno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando descia ao plenário desta Casa, pude ouvir a fala do eminente Deputado Ezequias Losso, buscando a proteção legal de médicos, dentistas e farmacêuticos para serem arrimados no Estatuto que esta Casa está a discutir, objeto de Mensagem do Poder Executivo, e que nós, Sr. Presidente, desta tribuna, a esse respeito, queremos reafirmar a emenda apresentada na CCJ.

Mas, nesta oportunidade, apresento também duas outras emendas: uma, relativa ao artigo 24, e outra relativa ao artigo 15.

Mas, Sr. Presidente, o assunto mais comentado, hoje, no Estado do Paraná, indiscutivelmente, é o problema criado pela Federação Paranaense de Futebol.

Nunca fizemos uso desta tribuna, para falar de futebol. Tenho para mim, Sr. Presidente, que, quando problemas de natureza esportiva alteram a emocionalidade da sociedade, é porque extrapolam os limites da desportividade local.

E o impasse criado para o Cascavel Futebol Clube, junto ao certame de disputa de campeonato paranaense, é o assunto mais comentado em todo o Estado do Paraná e fora do Estado do Paraná.

E o que se questiona hoje, Sr. Presidente, na sociedade, no meio popular, é se a agremiação de Cascavel vai ou não participar da taça a que se sagrou campeã deste certame, para se fazer representar na Taça de Ouro.

Há quem diga, Sr. Presidente, que o Cascavel já estaria eliminado da disputa da Taça, a nível nacional.

E este problema, afora as conotações de natureza política, que o tempo dirá a oportunidade para abordarmos, não é possível, em espécie alguma, como já se pronunciaram aqui os dois primeiros Deputados, primeiramente o Deputado David Cheriegate, e o Deputado Renato Bueno, também representantes de Cascavel.

A verdade, Sr. Presidente, é que o Oeste do Paraná, hoje representado no desporto, através do time de Cascavel, não pode suportar as pressões, porque as regras foram estabelecidas, e o time de Cascavel, obedecendo as regras, sagrou-se campeão, e não é possível que as regras sejam violadas, para proteger interesses de outra natureza.

Por este razão, Sr. Presidente, quero deixar antecipadamente a posição não só do Parlamentar opositor, como já fizemos em outra oportunidade, mas, também, me solidarizar com os demais eminentes representantes de Cascavel nesta Casa, para, juntos, unidos, fazermos o protesto contra a violação da lei, e contra a conquista que Cascavel fez, e que há de ser consagrado sob pena de, todos juntos, unidos, protestarmos em todas as esferas.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“ JÁ MANIFESTAMOS NOSSA SOLIDARIEDADE AOS TRABALHADORES E AO POVO DA POLÔNIA, NA SUA LUTA PELA LIBERDADE POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO AUTÔNOMA NA VIDA NACIONAL.

VOLTAMOS A REAFIRMAR O PRINCÍPIO DA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS E OS DIREITOS INDIVIDUAIS E DAS CLASSES SOCIAIS A PROCURAREM SEU DESTINO; COM LIBERDADE E DIREITOS POLÍTICOS

PLENOS.

A Polônia teve mais de 15 anos de desenvolvimento econômico e social, que lhe garantiram superar muitos entraves de sua estrutura econômica e social. Mas foram necessárias reformas profundas apoiadas pelo povo polonês. Entretanto, A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO DENTRO DO BLOCO SOVIÉTICO, E PROTEGIDA PELO PACTO DE VARSÓVIA VEIO A CRIAR CONDIÇÕES HEGEMÔNICAS PARA MOSCOU, COM DIVIDENDOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS FORA DO PAÍS.

Já temos manifestado, também nossa solidariedade ao povo argentino, ao povo paraguaio, uruguaio, chileno, boliviano, da Nicarágua e El Salvador, e a todos os povos do continente.

Nossa adesão à sua luta pela liberdade política e nacional. Nossa oposição à tecnocracia militar e civil que oprime esses povos a serviço de interesses dos grupos monopolistas internacionais. Contra a geopolítica da traição nacional, que subjuga esses povos em nome das suas tradições e valores morais, ligando-os e subordinando-os ao Pacto do Atlântico.

A luta desses povos por seus direitos e independência nacional é uma página da luta pelo desenvolvimento econômico e social e pelo bem-estar e o progresso. Essa luta se enfrenta com a exploração imperialista e monopolista dos blocos que disputam o controle das matérias primas e das riquezas mundiais.

Enquanto na África, Ásia e América Latina os países imperialistas procuram impor um estatuto de domínio e subordinação nacional e os grupos monopolistas procuram desnacionalizar as fontes e as riquezas naturais, levando muitas vezes esses países à guerra como no Oriente Médio e na Ásia e África, outros grupos monopolistas tentam infiltrar-se nos programas energéticos nacionais e na produção, industrialização e comercialização de combustíveis.

No Brasil, cumprindo interesses que não são nossos, o Governo está implantando um polo de exportação de álcool combustível, a ser entregue às multinacionais. Desenvolvemos uma tecnologia nacional e criamos as condições para uma economia do álcool combustível e, logo os grandes grupos se aproveitam de nossas dificuldades econômicas e pretendem o monopólio da exportação do álcool, e obrigam a uma guerra de tarifas para nós cortarmos a exportação de álcool combustível aos Estados Unidos, com sobretaxas que impedem o acesso àquele mercado, do nosso produto".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Novamente o imperialismo e o monopolismo vêm contrariando os interesses nacionais, interesses esses eminentemente nacionais.

Já existem, fala-se, nos Estados Unidos, cerca de 5 mil postos distribuidores de álcool e basicamente álcool importado do Brasil. E em torno desse número, já se anunciam pressões e retaliações, levando o Governo a cancelar nossas exportações. Ao mesmo tempo, e esse é o importante, dentro do Brasil, os grupos monopolistas internacionais, disputam a participação em nossa produção, industrialização e comercialização do álcool combustível.

Chegamos ao paradoxo de estarmos pagando Royalties para a Itália, dos motores a álcool da Fiat. Motores desenvolvidos dentro do Brasil, por técnicos brasileiros e o Brasil agora paga Royalties à Itália, por um produto eminentemente nacional.

Chegará o momento, Srs. Deputados, que pagaremos Royalties para a Shell, para a Esso, pela produção de álcool, de uma tecnologia totalmente desenvolvida pelo brasileiro, com o sacrifício do povo brasileiro, que hoje paga cerca de 30 cruzeiros, num litro de gasolina, 30 cruzeiros para o favorecimento do Pró-álcool e do Pró-Carvão.

Portanto, Sr. Deputados, a hora é de lutar por nossas

riquezas em geral e em particular pelos nossos recursos energéticos.

É o momento chegado de novamente aparecerem pilchados os muros do "go home", "go home americans", porque é chegado o momento de dizermos um basta, porque senão estaremos amanhã, novamente pagando royalties, repito, por motores desenvolvidos do Brasil, por álcool provindo da mandioca, da cana de açúcar, eminentemente nacionais.

É o momento de voltarmos àquela velha frase dos meus tempos de estudante: "go home", aqui tem dono.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A priorização da agricultura brasileira, no Governo João Figueiredo é incontestável. Basta que nos fixemos na disponibilidade do crédito rural e nos preços mínimos fixados na safra 1.980/81, dois instrumentos de política governamental para incentivar a produção.

O primeiro, está caracterizado quando observamos que a disponibilidade creditícia para custeio agrícola é extra-limite no orçamento monetário. O segundo, quando observamos o crescimento dos preços mínimos para a safra 1.980/81, que tiveram um crescimento médio acima de 100%, principalmente para aqueles destinados para alimentação do povo brasileiro.

No entanto, Srs. Deputados, há uma distorção que considero grave e fundamental para nossa agricultura e para o aumento da produção de alimentos. Distorção essa, que é extremamente fácil de ser corrigida, com enorme alcance econômico e social. Falo do melhor uso do crédito agrícola, pelos nossos produtores rurais, questiono a falta de um maior e melhor direcionamento na aplicação do crédito dentro do setor.

Todos nós sabemos que o crédito agrícola é subsidiado. Todos nós sabemos que o objetivo desse subsídio é estimular ordenadamente os gastos rurais, favorecendo a produção e comercialização com maior racionalidade, aumentando-se a produtividade e conservando-se os nossos solos e nossas águas. No entanto, pergunto: estão sendo atingidos esses objetivos? Está a agricultura respondendo às necessidades de nosso povo?

Quero deixar claro que não sou discípulo nem defensor daqueles que apregoam que o agricultor deve pagar taxas de juros no mercado, igual outros setores da economia. Quero deixar claro ainda que conheço as dificuldades que passam aqueles que realmente trabalham a terra.

Mas, como tribuno e como brasileiro, verifico que em 1.979, dos Cr\$ 448.730.000 aplicados em crédito rural, não se visualizou do governo uma linha de priorização, conforme o tipo de exploração. Assim sendo, identifica-se que a agricultura fica na dependência exclusiva da decisão empresarial do agricultor, que nem sempre corresponde a do interesse da maioria do povo brasileiro.

Dessa forma, quero dizer, que o Governo Federal deve separar o crédito rural para financiamento de lavouras de exportação, daquelas destinadas ao consumo na mesa dos brasileiros.

Obviamente, as lavouras destinadas à produção de alimentos do nosso povo, devem ser premiadas em relação a outra. Essa distorção fica evidenciada quando observamos que a maior parcela dos recursos do crédito agrícola, se destina às lavouras de café, soja, algodão, trigo (56%), em detrimento das lavouras de feijão, arroz, milho (12%), hortigranjeiros,

entre outros.

Deixo claro que não sou contra que os produtores rurais, que plantam as culturas destinadas ao mercado internacional, sejam tolhidos de receberem crédito agrícola. No entanto, vendo as dificuldades conjunturais que o Brasil atravessa, sendo obrigado a importação de milho, feijão, arroz, maçã etc., vejo que falta um melhor direcionamento ao crédito agrícola, visando levar o produtor rural, na sua decisão empresarial, ao plantio de parte de suas áreas com culturas alternativas. Com isso, estaríamos atingindo dois objetivos: primeiro, eliminaríamos nossa dependência de produtos agrícolas para nossa alimentação. Segundo, estaríamos garantindo uma rentabilidade média ao nosso produtor, já que na sua independência seria ampliada pela diversificação de culturas, conforme apregoam os técnicos que atuam no setor.

Dessa forma, desde que o crédito rural condicionasse os produtores de culturas do mercado externo, a produzirem um percentual variável entre 10 a 20% da área com culturas do mercado interno (feijão, arroz, milho, hortigranjeiros), estaríamos garantindo nosso abastecimento interno e maior regularidade nos preços de mercado, reduzindo-se com isso a inflação.

Finalmente, sugiro ao Governo uma definição de uma política de produção para os produtos destinados ao mercado interno, para o médio prazo, caindo sobre o crédito rural a responsabilidade de produção dos produtos básicos de nosso país, através do seu maior e melhor direcionamento."

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, sexto orador inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Ilustres Companheiros.

Primeiramente, nós fomos pegos de surpresa com o falecimento de um jovem talentoso de 29 anos, que defendeu o Coritiba, que defendeu o Internacional, de Porto Alegre, o jogador Adilson. Foi realmente uma perda lamentável, sob todos os aspectos, principalmente para aqueles que conviveram o dia-a-dia de Adilson no futebol do Paraná, e, coisas do destino, ele veio justamente morrer, no Estado onde encontrou muitos amigos, muitos irmãos.

Nós também sofremos um golpe muito duro com o desaparecimento de um mestre da música popular brasileira, do grande Cartola. Cartola que enfim cumpriu a sua missão. Teve trajetória gloriosa na nossa música popular brasileira, deixou páginas bonitas do nosso cancionário, e inclusive teve a oportunidade de fazer uma música que servisse de "post mortem". A SUA HOMENAGEM PÓSTUMA ESTÁ SENDO HOJE CANTADA em prosa e verso através de Elizete Cardoso. Nós lamentamos esta perda, mas hoje, queremos nos reportar especificamente ao desaparecimento de outro grande músico de um grande compositor internacional.

Um homem que marcou a sua existência difundindo a música, um homem que encantou várias gerações e que foi pego de surpresa na madrugada de hoje, nas ruas de Nova York.

É a violência urbana se fazendo presente em todos os seus aspectos e em todos os momentos da nossa vida, e a violência urbana gerou a morte por traição da maneira cruel, trágica. Com dois tiros, foi ferido mortalmente John Lennon e John Lennon, ex-integrante do conjunto "The Beatles", deixa uma marca profunda, principalmente na geração que conviveu com ele os gloriosos momentos de 1.960 a 1.970.

Na verdade, esse brilhante músico que começou a sua carreira artística na Inglaterra através de um conjunto intitulado "The Nurks", ele foi posteriormente ingressar no "The long John and the silver beatles", para posteriormente trans-

formar o nome do grupo em "Silver Beatles" e para finalmente chegar à denominação, que foi consagrada pelos jovens de todo o mundo, como o conjunto "The Beatles" e esse mesmo conjunto integrado por John Lennon, Paul McCartney, George Harrison e Ringo Star elevou à consagração, a Inglaterra, a música inglesa e finalmente, a nossa música, porque na verdade, não existe fronteira no mundo musical. A música é eterna e atinge a todos nós e esse jovem brilhante, John Lennon, que desapareceu prematuramente, que nos deixou de maneira até violenta, que nos pegou de surpresa, deixa uma marca, uma marca de um brilhante compositor que envolveu a várias gerações.

Por isso, neste momento, nós pedimos aos demais companheiros de Casa, para que nos apoiem nesse requerimento que damos entrada, juntamente com o companheiro Darcy Deitos, pedindo um voto de profundo pesar desta Casa, pelo desaparecimento prematuro de John Lennon.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, inscrito. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich, inscrito. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito. (Ausente)

A Mesa consulta à liderança do PMDB se deseja fazer uso de seu horário. Declinando, consulta à Liderança do PDS.

Com a palavra o Sr. Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há alguns meses atrás, a Secretaria de Esportes e Cultura implantava no Paraná, na sua primeira etapa, um trabalho no sentido de prestigiar o esporte amador, e também a ginástica olímpica no Paraná. E nesta primeira etapa, anunciava o Secretário Luiz Roberto Soares, nosso ilustre colega, que seriam definidos os polos esportivos do Paraná.

E, entre as várias cidades agraciadas, constava a cidade de Jacarezinho. E no dia de hoje, tivemos a grata satisfação de participar da assinatura de entrega dos primeiros materiais que compunham o quadro para que pudesse ser dado início à segunda etapa, a fim de que esse plano fosse levado adiante.

Naquela época, vários Deputados se pronunciaram a respeito da matéria, e hoje a Secretaria, a partir de hoje, passa a fazer a entrega dos materiais para a prática do esporte olímpico, não só na Capital, mas também no interior do Paraná. Proporcionando assim, a possibilidade de que os moços interioranos possam desenvolver a cultura física e dando a oportunidade, também para que o Paraná projete valores no cenário nacional e queremos também, no cenário mundial.

Os conjuntos esportivos liberados na tarde de hoje, para Maringá, Londrina, Ponta Grossa e Jacarezinho, constituem um motivo de orgulho para nós paranaenses. E, como Deputado, não poderia deixar de vir aqui dar o meu testemunho em favor de mais esta medida do Governo Ney Braga. E cumprimentar a Secretaria de Esportes e Cultura, na pessoa do Sr. Secretário Deputado Luiz Roberto Soares e toda a sua equipe de técnicos que implantam esta modalidade esportiva, que incentivam essa modalidade esportiva, dando oportunidade aos jovens do interior.

O Paraná até então, vinha projetando e oferecendo valores ao esporte nacional no setor, mas não contava mesmo assim, com o apoio do Governo do Estado.

E hoje, o Governo do Estado do Paraná, ao fazer a entrega desses conjuntos, merece os nossos maiores elogios e que não poderíamos deixar de registrá-los aqui desta tribuna. Queremos que o Sr. Secretário de Esportes, Luiz Ro-

berto Soares, continue com o seu trabalho, com o seu dinamismo, dentro desta linha. Porque a mocidade paranaense pode dar muito ao Brasil, e tem sido alvo de nossas atenções e é grandemente merecedora de nosso trabalho e de nosso apoio. Porque somente através de uma mente sã, é que nós podemos obter um corpo sã.

E por isso mesmo, renovamos aqui, e patenteamos os nossos cumprimentos à Secretaria de Esportes e Cultura, junto com os nossos agradecimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina)

Consulta à Liderança do PP (Declina).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda n.º 1, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, no seguinte teor: (Lê):

“EMENDA N.º 1 ao Projeto de Lei n.º 96/80

1. Exclua-se do inciso I, do Art. 5.º, a seguinte expressão:

“Com exceção dos ocupantes de cargos de médico, Cirurgião Dentista e Farmacêutico.”

2. Exclua-se do inciso II, art. 5.º, a seguinte expressão:

“Com exceção do ocupante do cargo de Médico.”

3. Adite-se no inciso III, do art. 5.º, a seguinte expressão:

“ressalvado o previsto no inciso I deste artigo.”

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1.980.

a) Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

As emendas que ora proponho, visam corrigir flagrante injustiça que se vislumbra às laboriosas classes dos Médicos, Cirurgiões Dentistas e Farmacêuticos que, dedicadamente, emprestam seus conhecimentos, muitos em tempo integral, para o bem estar da Sociedade.

A obrigatoriedade de jornadas semanais reduzidas, de 20 horas para os médicos e de 30 horas para os cirurgiões dentistas e farmacêuticos com o conseqüente achatamento nos vencimentos tratando-os de forma diversa de outros cargos de nível universitário aos quais seriam asseguradas 40 horas semanais é discriminatória e até mesmo inconstitucional, levando-se em conta o parágrafo 1.º do art. 153 da Carta Magna Federal, que estabelece: “Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas.” (grifei)

Assim, se impõe as retificações para o texto da esperada lei de reclassificação seja norteados pelos melhores critérios de Direito, no que se refere as importantes categorias profissionais enfocadas.”

Necessita de apoio. Apoiada.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Solicito esta Questão de Ordem para requerer, preliminarmente, a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferred e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Responderam a chamada nominal 41 Srs. Deputados. Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Emenda n.º 2 de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, no seguinte teor: (Lê)

“EMENDAS

ao Projeto de Lei n.º 96/80

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se no Anexo I:

Código P.14, categoria funcional de Redator, padrão I, referência inicial 1, referência final 11, número de cargos 22;

POR

Código P.14, categoria funcional de Jornalista, padrão I, referência inicial 1, referência final 11, número de cargos 42.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se do Anexo I:

Código P.17, categoria funcional de Técnico em Comunicação Social, padrão I, referência inicial 1, referência final 11, número de cargos 20.

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se no Anexo I:

O Código atribuído à categoria funcional de Veterinário, de P-18, para P-17.

a) Ailton Cordeiro”

Necessitam de apoio. Apoiado

EMENDA N.º 3 — Plenário

ao Projeto de Lei n.º 96/80

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se no Anexo III:

Situação atual: Classe, Redator, Nível 24,25,26,27,28;

Situação nova: Categoria funcional, Redator, Padrão I

POR

Situação atual: Classe, Redator, Nível 24,25,26,27,28;

Situação nova: Categoria funcional, Jornalista, Padrão I

a) Ailton Cordeiro.

Necessita de apoio. Apoiada.

Emenda de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, devidamente apoiada, nos seguintes termos: (Lê)

“EMENDA N.º 5

ao Projeto de Lei n.º 96/80

Acrescente-se ao Parágrafo Único do art. 8.º, as seguintes expressões:

“” assegurados reajustes nas mesmas bases percentuais dos futuros aumentos de vencimentos dos cargos da parte permanente.”

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1.980

a) Fidelcino Tolentino.

APOIAMENTO: Darcy Deitos, Mário Celso, José Tavares e Fiori Luiz.

JUSTIFICATIVA:

É comum, nas leis que têm por objetivo reajustar os vencimentos dos Servidores Públicos, dar-se tratamento desigual aos funcionários pertencentes aos Quadros Suplementares.

A presente emenda tem por objetivo evitar que isso possa acontecer.

Emenda de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, devidamente apoiada, nos seguintes termos: (Lê)

EMENDA N.º 6

ao Projeto de Lei n.º 96/80

Substitua-se o Art. 15, pela seguinte redação:

“Art. 15. — Os servidores inativos terão seus proventos

reajustados, "ex-officio", observada a correspondência fixada para o respectivo cargo, em igualdade de condições ao pessoal em atividade, sendo respeitadas, para efeito de cálculo, as normas constantes dos artigos 7.º e 8.º desta lei."

Sala das Sessões, em 9 de dezembro de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

Apoioamento: NESTOR BAPTISTA, FIORI LUIZ, DENI SCHWARTZ e DARCY DEITOS."

JUSTIFICATIVA:

Essa redação é, praticamente, a reprodução integral do texto do artigo 47, da Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1969 (Lei de Reavaliação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo).

Sabendo-se que os proventos serão calculados a partir do vencimento básico do servidor, ressalvado o caso de opção previsto no art. 140, da Lei n.º 6.174/70 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado), é justo que ao aposentado seja dispensado idêntico tratamento ao dado ao pessoal em atividade.

Aliás, conforme podemos observar, este foi o critério adotado pela última Lei de Reavaliação de Cargos aplicada em nosso Estado (Lei n.º 5.978/69).

A outra lei mencionada pelo Chefe do Poder Executivo na Mensagem n.º 45/80, Lei n.º 4.544, de 31 de janeiro de 1962, dispunha sobre o "Sistema de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo do Estado do Paraná", e determinava:

"Art. 38 — As vantagens financeiras constantes desta Lei são extensivas aos servidores inativos, observado o seguinte:

- I - Nenhum servidor inativo perceberá proventos inferior ao menor salário-mínimo em vigor para o Estado do Paraná, na data da publicação desta Lei, salvo caso de aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço público.
- II - Os proventos acrescidos do aumento previsto neste artigo não poderão ser superiores ao vencimento-base do nível 18 (dezoito), mantido sem qualquer acréscimo os de valor superior ao da mencionada referência.
- III - Para perfazer o montante total dos proventos do inativo serão adicionados acréscimos de vencimentos, gratificações e outras vantagens percebidas a qualquer título, por força da lei especial, decisões administrativas ou judiciárias, ressalvado o salário-família.

§ 1.º - Para cumprimento do disposto neste artigo, a Divisão de Classificação de Cargos examinará as atribuições que exercia cada um dos inativos, em caráter efetivo e continuado, nos dois últimos anos imediatamente anteriores à data em que se afastou do serviço público, classificando-o, para efeito de proventos, em igualdade de condições com os servidores em atividade no exercício de iguais atribuições, observado o disposto nos itens II e III deste artigo.

§ 2.º - O enquadramento especial dos inativos para efeito de concessão do aumento será processado com base no enquadramento aprovado para os servidores em atividade."

Por que, então, no atual Plano, igualar-se a totalidade dos proventos apenas ao valor básico do vencimento a que teria direito o aposentado se estivesse em atividade?

Lembramos que as vantagens são conseguidas após anos de exercício e devem ser mantidas.

Emenda de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, devidamente apoiada, nos seguintes termos: (Lê):

"EMENDA N.º 7

ao Projeto de Lei n.º 96/80

a) Substitua-se a redação do art. 18, pela seguinte: "Art. 18 — Concluído o enquadramento, os processos de ascensão serão realizados, por cargo, sucessivamente, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- I - para o funcionário do Quadro Geral que, comprovadamente por mais de 02 (dois) anos, houver exercido função atribuída ao cargo em processo de ascensão, apenas pelo critério de comprovação de escolaridade mínima exigida para o cargo;
- II - para o funcionário do Quadro Geral que, comprovadamente, estiver exercendo, há mais de 06 (seis) meses, função atribuída ao cargo em processo de ascensão;
- III - para funcionário do Quadro Geral que, mesmo não estando na situação prevista nos incisos I e II, preencha os requisitos mínimos previstos para o exercício do cargo em processo de ascensão; e
- IV - para os funcionários não pertencentes ao Quadro Geral, na forma do art. 23 desta Lei."

b) Substitua-se a redação do art. 23 pela seguinte: Art. 23 — O funcionário ocupante de outro Quadro do Poder Executivo, poderá concorrer aos processos de ascensão no Quadro Geral, depois de realizados os processos anteriores a que se refere o art. 18."

Sala das Sessões, em 9 de dezembro de 1980

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

Apoioamento: Mário Celso, Darcy Deitos, Fiori Luiz e José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

Não se pode admitir desvios de função por um período superior a 6 (seis) meses, por ser inconstitucional."

Emenda de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, no seguinte teor: (Lê)

EMENDA N.º 8

ao Projeto de Lei n.º 96/80

- Substitua-se o "caput" do artigo 24 e seu parágrafo 1.º, pela seguinte redação, mantidos os demais parágrafos: "Art. 24 — Ao atual funcionário efetivo, da Parte Permanente do Quadro Único de Pessoal, pertencente à Secretaria de Estado das Finanças que, na data da aprovação desta Lei, preencher tais requisitos, aplicam-se os dispositivos da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978, considerando-se, para fins de enquadramento, a habilitação profissional que possuía naquela data. § 1.º - Ao funcionário ocupante de cargo Quadro Próprio da Coordenação da Receita do Estado, que tenha sido enquadrado neste cargo nominalmente na forma do art. 139, inciso II, da referida Lei n.º 7.051, e que na data da aprovação desta Lei, preencher os requisitos definidos nos arts. 6.º e 7.º da mesma lei, será assegurado o ingresso na inicial das séries de classes respectivas.

Sala das Sessões, em 9 de dezembro de 1980

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

Apoioamento: NESTOR BAPTISTA, FIORI LUIZ, DENI SCHWARTZ e DARCY DEITOS.

Devidamente apoiada.

JUSTIFICATIVA:

Esta redação foi sugerida pela A.S.P.P. e A.F.F.P. vez que, a redação original não estaria abrangendo todos os servidores em igualdade de condições.

Embora mais abrangente, segundo informações dadas pelas próprias associações, seria muito reduzido o número de funcionários a serem beneficiados.

O governo já atendeu parcialmente essa reivindicação, alterando o prazo para 1.º/03/80.

Todavia, a redação desta Emenda parece-nos mais abrangente e justa."

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO —

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 159/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 69/80), que altera dispositivos da Lei n.º 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a estrutura do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEP. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se.

(Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

(Pausa).

25 Srs. Deputados o aprovam;

10 Srs. Deputados o rejeitam.— Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 45/80, anexa a Mensagem Governamental n.º 80/80-Substitutiva), que institui o Plano de Classificação de Cargos dos Quadros de Pessoal Civil do Poder Executivo, inclusive autarquias, e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F. e da C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir) — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ontem, abordamos, desta tribuna, já os aspectos relativos à constitucionalidade do projeto em curso, de discussão no primeiro turno, e hoje já em fase de 2a. discussão, Sr. Presidente, estamos buscando, no sentido de adequar, de ajustar, de aperfeiçoar o projeto de lei objeto de Mensagem governamental.

Já se falou aqui, que a Oposição, como um todo, e especificamente também, representada pelo PMDB, salientou alguns pontos mais polêmicos, do projeto que se discute.

Trata-se do projeto de lei que institui o Plano de Classificação de Cargos, abrangendo os cargos de provimento efetivo do Quadro único de Pessoal Civil, do Poder Executivo, e dos quadros próprios das autarquias.

Como se recorda, este projeto veio inicialmente a ser apreciado através de uma Mensagem.

Essa Mensagem veio para o Poder Legislativo ainda em 24 de julho. Tendo em vista as divergências emanadas do enunciado primeiro do anteprojeto, houveram emendas que colocadas à colação deste projeto, foram apreciadas através da Comissão de Constituição e Justiça, sem que essa Comissão fosse o centro da discussão do projeto em si.

Cada um dos Srs. Deputados interessados no aperfeiçoamento e na busca de uma forma legislativa mais adequada, ajustaram os textos que representavam, significativamente, vários segmentos reivindicatórios, representando as classes alinhadas nos vários cargos do Poder Executivo.

Reivindicações classistas se fizeram sentir. E o Relator

designado dialogou em nome deste Poder, em nome da C.C.J., com o Poder Executivo, através de vários Secretários. E dessa movimentação de vários Parlamentares dos vários partidos, é que se viu estar a primeira Mensagem inadequada para atender as reivindicações das várias categorias de classes dos funcionários do Quadro Único do Poder Executivo.

Voltou a esta Assembléia, depois desses debates, eu reafirmo aqui, debates com apenas um representante do Poder Legislativo, apenas um representante do Partido do Governo que, coincidentemente, era o eminente Relator do projeto.

E no seu parecer nota-se, pela descrição que faz, que não se levou em conta as emendas. Mas, discutiu-se a nível global, as aspirações dos vários funcionários públicos, alinhados nas suas categorias, nas suas associações. E por isso, não apreciava, como não apreciou, a nível de comissão técnica, de Comissão de Constituição e Justiça, as várias propostas de emendas, ou as várias emendas, que visavam corrigir, ajustar, substituir e adequar o texto proposto pelo Governo.

Não se entrou no mérito de nenhuma das emendas. Transferiu-se para este Plenário a apreciação objetiva e técnica das emendas apresentadas.

Fomos voto vencido na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive, ficando apenas um voto solitário.

Todos os eminentes componentes da Comissão de Constituição e Justiça, houveram por bem acolher o Parecer do Relator.

Mas no nosso entender, Sr. Presidente, todas as emendas que foram apresentadas haveriam de ser apreciadas pela Comissão Técnica desta Casa. E isso consta do Regimento Interno da Casa, que toda matéria levada à Comissão de Constituição e Justiça há de ser por ela apreciada. E há de se dar parecer sobre a matéria ali levada à consideração.

E isso não foi feito, como se deduz do texto expresso no parecer do relator. Por esta razão, Sr. Presidente, houvermos por bem, no voto em separado, pedir a apreciação das emendas que já tinham sido, algumas delas, levadas à sugestão do Poder Executivo, à apreciação do Poder Executivo, através das suas Secretarias, com a qual dialogou o solitário Deputado representante deste Poder e aí ocorreu que na Comissão de Constituição e Justiça, desconsiderou-se toda e qualquer emenda apresentada por qualquer dos Srs. Deputados que, no meu entender, Sr. Presidente, não era e não é uma prerrogativa de exclusão da Comissão de Constituição e Justiça. Ela tinha o dever estatutário, constitucional e regimental de apreciar na sua reunião, todas as emendas sugeridas por eminentes Srs. Deputados, pois ali, Sr. Presidente, é que se discute da viabilidade técnica, legislativa, constitucional e legal e isto não foi feito. Deixo aqui, Sr. Presidente, com liberdade, mais esta vez, a minha estranheza pela forma com que se apreciou ou se apreciaram essas emendas.

De nossa parte, Sr. Presidente, o esforço feito em conjunto pelos homens da Oposição, teve um único objetivo, asseverar o interesse que o Estado deve ter para com o servidor.

Buscar uma fórmula conciliatória também hoje existente no Poder público, da divergência que existe entre o capital e o Estado e o trabalho-servidor.

É uma realidade palpável e sentida em todos os momentos da vida em sociedade. Há um confronto hoje, indiscriminado, Sr. Presidente, entre os prestadores de serviço em todas as áreas, seja ela na área pública, ou na área privada, particular. Há um confronto, um verdadeiro confronto, um verdadeiro massacre em que o gigantismo do Estado, e o acúmulo de riquezas pelo alto capitalismo, cria também dificuldades enormes, para o nível de vida das pessoas que prestam serviços às organizações e o Estado não poderia fugir do regime vigente, e aí está o ponto fundamental da participação ativa da Oposição, no sentido de buscar essa conciliação.

Seria uma forma de ajustamento, de entendimento entre o

servidor e o Estado. Por que, Sr. Presidente? Porque, por causa do aspecto social, por causa do aspecto sociológico e institucional. Por exemplo, Sr. Presidente: a Constituição vigente fala que a iniciativa das leis - e isto poderá ser argumentado - a iniciativa das leis que trata do provimento e da criação de cargos do funcionalismo. É uma prerrogativa especialíssima e preceituada na Constituição do Estado e da Federação, que cabe ao Chefe do Poder Executivo. Mas no caso presente, Sr. Presidente, a iniciativa cumpriu o preceito constitucional, embora no meu entender, ache que a Constituição presente não representa a vontade daqueles que devam obedecer o Estatuto, maior do Estado.

Entretanto, iniciado o processo legislativo, o Poder Legislativo é competente para oferecer as emendas que busquem o aperfeiçoamento do projeto. Que altere não o espírito do projeto em si, mas o processo de adequação deste projeto para o aperfeiçoamento das relações entre o servidor e o Estado. E foi esse o espírito que norteou a Oposição, ao oferecer um estudo substancial, e que foi, diga-se aqui em reconhecimento, em muitos pontos, em muitos pontos acolhido pelo Poder Executivo, diga-se de passagem e a bem da verdade.

Entretanto, Sr. Presidente, muitos dos aspectos levados à consideração dos homens que detem o Poder e que necessitam de compreensão mais ajustada às dificuldades hoje existentes entre o Estado e o servidor, não chegaram a ser traduzidas em anteprojeto de lei. E para consubstanciar, com objetividade esses aspectos, foi que nós, da Oposição, todos juntos, sem nenhum caráter de natureza pessoal, apreciamos e novamente estamos trazendo à consideração desta Casa as emendas que já enunciamos.

Todavia, é preciso salientar neste quadro todo de consideração que, da Mensagem 2a. remetida no dia 20 de novembro e que levou o n.º 80/80, vários aspectos foram levados em conta. E hoje, Sr. Presidente, um dos pontos polêmicos do projeto pudemos perceber, até um Deputado do PDS, àquele que se refere ao problema do médico, do dentista e do farmacêutico, foi aqui de tribuna hoje, levado à consideração mediante uma emenda substitutiva. Que aliás, já consta de todo o processado e que a CCJ, houve por bem, deliberar e não apreciar tecnicamente.

Desses aspectos, o artigo 5.º dessas emendas, o artigo 5.º também é reapresentado. O artigo 10 também reapresentamos, porque no artigo 10 que diz o seguinte e CCJ, eu quero fazer este parêntese, também não apreciou "para os fins previstos no artigo anterior, a ascensão é a passagem do funcionário em efetivo exercício de uma para outra categoria funcional da parte permanente, de padrão mais elevado ou da parte especial para a parte permanente, atendidos os seguintes requisitos". E coloca: 1.º "escolaridade mínima de habilitação legal, exigida para o outro certo e aprovação em processo seletivo interno".

Acontece que, no Estado já há uma polêmica, inclusive recentemente, ocorreu mandado de segurança e nós fizemos a mesma alusão com relação à Parcela Adicional Social. A Parcela Adicional Social, geraria e nós dissemos na Comissão de Constituição e Justiça, os eminentes Srs. Deputados que fazem parte da referida Comissão, há de se lembrar que este alerta ali fizemos. Hoje, desta tribuna, queremos novamente enfatizar a destinação de vagas. Qualquer concurso há de ser feito para prover parte por funcionários já dentro dos quadros, e parte por aqueles que queiram integrar os quadros do funcionalismo público.

Dizia o que faz hoje a Procuradoria Geral do Estado, está sofrendo a ação de um mandado de segurança; porque não atendendo a reivindicação de advogados, foi forçada, por mandado de segurança, a retroagir no processo seletivo de nível público, postergando assim o interesse dos já investidos.

Um fato curioso está ocorrendo também em relação ao

problema dos fiscais do Estado. Este projeto de lei que estamos a apreciar, prevê habilitação para o dia 1.º de março e a emenda que estamos a apresentar, altera para que ela alcance a todos na sua vigência, - quando entrar em vigência a lei. Porque vamos alertar desta vez ainda, dará ensejo triunfal, - diga-se de passagem, a mandado de segurança a que o Estado terá que se curvar. Esta responsabilidade haveremos de trazer aqui, no momento adequado, ao Governo do Estado e aos homens que descuidaram deste alerta que agora fazemos.

O Tribunal de Justiça também. Os assistentes jurídicos do Tribunal de Justiça não foram ainda contemplados com a homologação do processo seletivo interno, exatamente por motivo do processo de mandado de segurança relativo aos Procuradores do Estado.

Sr. Presidente, um outro aspecto que precisa ser levado em conta. Neste mesmo artigo, alterando então a destinação de vagas, há que se adequar que metade das vagas será aproveitada por um concurso seletivo interno e, a outra metade, concurso público para arrematação de interessados que queiram entrar no serviço público.

Um ponto importante, previsto pelo Artigo 11 do projeto, para os fins previstos no Artigo 9.º, - a progressão é a passagem do funcionário, em sua referência, para a imediatamente superior, mediante a aferição de desempenho funcional, apurado por meio de contagem de pontos, levando-se em consideração ... e alínea: avaliação de desempenho, tempo efetivo de serviço, participação do funcionário em processo de treinamento. E precisa ter um interstício mínimo; porque se a lei entra em vigor, somente vai ser aproveitado para ajustamento no disposto na lei, o prazo de dois anos, isto equivale dizer: - só em 1983, depois que o Sr. Governador do Estado, deixar o seu cargo, se não for prorrogado o mandato. E se não houver casuismo de natureza condenável, evidentemente que a implantação do sistema vai ser feito pelo próximo Governador do Estado.

Ora, que benefícios terá com a reclassificação o funcionário que espera, do Governo do Estado, a adequação da atual reclassificação? E é preciso então que se verifique a vigência tempestiva do tempo, para se aplicar a lei, que se quer modificar. E esta é uma previsão que não é nova. Já quando do primeiro Governo do Sr. Ney Braga, o artigo 38 do Estatuto, já previa isto. Depois veio o Governo Paulo Pimentel. Também tratou do problema do interstício, como se quer introduzir agora, por esta emenda que a Oposição está apresentando.

Nós falávamos de justiça. E temos de reconhecer que alguns aspectos foram aceitos, admitidos pelo Governo. É o relativo à disposição do artigo 15, parágrafo 2.º, quando diz: das disposições do artigo 140, item 3, da Lei 6174/70, que é o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná.

Um outro aspecto, o artigo 16 que só constava a lei dos advogados e cuja sugestão oferecida pelo PMDB foi acolhida em boa hora, através da inclusão da Lei 7.122/79 e não só na 70/74 e que tratava do problema dos engenheiros.

O Artigo 17, também a ele nós apresentamos e aqui é um dos pontos a meu ver, mais críticos do projeto, a questão do prazo para assegurar a adequada implantação do plano instituído por esta lei, fica o Poder Executivo autorizado, por um prazo de 3 anos, a transformar dentro da parte permanente, cargos vagos, constante do parágrafo primeiro, etc.

No meu entender, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma manobra política. Porque consignar, permitir, delegar poderes para que o Governo implante, institua, a implantação desta lei, pelo período de 3 anos equivale a dizer que ele não implantará, salvo se demonstração efetiva de outra natureza, que fica a mercê do seu juízo se assim o texto for aprovado, vier a ocorrer. Mas temos fundados receios, de que o Governo busca uma fórmula política muito elástica e jogará por certo com isto nas eleições de 1982, se existir, encerrará o funcionário público, para

mediante decreto, - e esta é uma saga das mais usadas pelos homens do Poder. Nós temos fundados receios de que o funcionário público do Estado vai ser instrumento de pressão. E quero deixar registrado isto, desta tribuna, hoje aqui, para que no futuro não se alegue a "contrário senso". E é por esta razão que nós estamos oferecendo uma emenda. Ora, se o Governo deseja implantar a reclassificação dentro de um período razoável, suportável, que seria de 12 meses, haverão os Srs. Deputados situacionistas, de acolher, porque é uma medida de justiça, de indiscutível e de legítima justiça.

Outra alteração que se pretende incluir, e esta não foi acolhida, embora sugerida, a que volta na 2a. Mensagem, alinhavada no artigo 18: "Concluído o enquadramento, os processos de ascensão serão realizados por categoria profissional, sucessivamente obedecendo a seguinte ordem de prioridade".

Então, o Governo coloca aqui: "número 1 - para o funcionário do quadro geral, que comprovadamente estiver exercendo a, pelo menos, 2 anos, função atribuída ao cargo em processo de ascensão". Correto. Só que, no item 2, que também é correto, passou por cima de duas considerações que pretendemos incluir no projeto. A primeira é de que há de ter um prazo de 6 meses para o desvio de função. No máximo 6 meses.

Porque, da forma que vem redigido este estatuto, colocando o período ou prazo de 2 anos, torna-se inconstitucional. Absolutamente inconstitucional. Aliás, já há julgado a respeito. E esta é uma contribuição que deseja oferecer a Oposição, para, no futuro, evitar-se os pleitos judiciais em que o Estado evidentemente, perderá, para quem pleitear.

Um ponto, ainda, dentro desse aspecto de enquadramento: para os funcionários não pertencentes ao quadro geral, na forma do art. 23, desta lei. O artigo 23 diz: "o funcionário ocupante de cargo de outro Quadro do Poder Executivo, poderá concorrer aos processos de ascensão, do Quadro Geral a que se refere o artigo 18".

Evidentemente que, se deixarmos o Artigo 23, que tem uma expressão, precisa ser suprimida, e matéria nesse sentido, uma emenda supressiva, está sendo apresentada também.

São pontos salientes que precisam ser ajustados. E não há, de forma nenhuma, outro sentido que não a melhor forma de ajustar este Estatuto à realidade, sem assoberbar o Tesouro do Estado, diga-se de passagem.

Uma outra emenda que foi acolhida pelo Poder Executivo - e eu estou fazendo através de artigo por artigo, - é a que se refere à incorporação da Parcela Adicional Social. Aí sim, depois de vários meses de exaustivas reclamações desta tribuna, o Governo, por fim, atendeu uma reivindicação, que não é da Oposição, é uma reivindicação a mais indiscutível, a incorporação do PAS ao vencimento do funcionário público.

Sr. Presidente, estou sentido a exaustão que a matéria está dando ao Plenário. Mas, lamentavelmente, faz parte desta missão dura, que a Oposição tem, e temos que prosseguir.

Um outro aspecto: é o artigo 22, em que o funcionário que vier a ser aposentado por implemento de idade, e, na época, estiver exercendo cargo de provimento em comissão há mais de um ano esta é uma introdução feita pela Oposição, sugestão da Oposição porque não é possível alguém exercer um cargo em comissão, por apenas um dia, como ocorreu no Tribunal de Contas do Paraná, em que eminentes personalidades se aposentaram 10 dias depois de estar no Tribunal de Contas, não é possível se permitir no texto da lei, que se exerça um cargo em comissão e se o leve para a aposentadoria, por ter exercido uns poucos dias apenas.

Isso seria uma imoralidade. Por essa razão, houve o beneplácito do Governo que entendeu, realmente, ser uma forma de acudir um problema que poderia criar até dificuldades de natureza moral.

O Artigo 24: "Ao atual funcionário efetivo da parte permanente do Quadro Único de Pessoal, pertencente à Secretaria

de Estado das Finanças, em 1.º de março de 1980, que preenchia tais requisitos, aplique-se tais dispositivos."

O PMDB apresentou uma sugestão e aí é também um dos pontos salientes dessa polêmica, apresentou uma ponderação: se a Lei vai entrar em vigor ainda no próximo ano, evidentemente que a lei não pode prejudicar aqueles que, hoje, na data da discussão do projeto, em fase de legislação, durante o processo de discussão da lei, no processo legislativo, vale dizer "legiferenda", então, evidentemente que muitos poderiam ser prejudicados. E o que propõe a Oposição é que esta lei, ao entrar em vigor contemple as pessoas que, durante a discussão do projeto, estavam em fase de aquisição, de transição, desse direito que vai ser consignado apenas aos que, em 1.º de março de 1980, tinha essa possibilidade.

É um critério da mais indiscutível justiça.

Neste sentido, a Oposição também ofereceu sugestão. E para contentamento ainda do Art. 24, dos homens do lado do Governo, uma sugestão que foi acolhida - e nós humildemente reconhecemos - é que no Artigo 24, § 2.º, embora tenha dado outra redação, acolher a sugestão da Oposição.

E diz o seguinte: "para atender o disposto nesse artigo, fica o Poder Executivo autorizado a transformar os cargos de provimento efetivo, ocupados pelos funcionários nele abrangidos em cargos do Quadro Próprio da Coordenação da Receita do Estado necessário ao seu respectivo enquadramento."

Isto foi uma sugestão modesta da Oposição, acolhida pela Secretaria dos Recursos Humanos e que insere, no bojo de sua Mensagem. A proposição é gratificante, porque, pelo menos, não foi em vão o trabalho exaustivo de homens que se interessam pelo aperfeiçoamento do serviço público estadual.

No Artigo 26, também uma nova acolhida do Poder Executivo: "os efeitos financeiros decorrentes da aplicação no disposto desta lei, serão devidos a partir do dia 1.º do mês subsequente ao da publicação do ato específico da concessão".

E aqui entra a sugestão oposicionista: "exceto quanto ao enquadramento provisório para o qual os efeitos financeiros serão devidos a partir de 1.º de janeiro de 1981".

Nós, da Oposição, temos de reconhecer que foi uma das maiores conquistas essa da introdução para vigorar a partir de 1.º de janeiro.

E aí está, no bojo do projeto, a sugestão apresentada pelo PMDB. Mas no Artigo 30: "o funcionário, enquadrado na Parte Permanente que até 120 dias posteriores ao ato de enquadramento definitivo, não manifestar opção pelo retorno à situação em que se encontrava anteriormente, terá aceito o plano de reclassificação em todos os seus termos, inclusive a integração dos vencimentos, das vantagens previstas nesta lei, que vinha percebendo, não podendo reclamá-los nem mesmo para efeito de aposentadoria."

Esse artigo me faz lembrar um decreto do eminente Deputado João Mansur, quando era Presidente desta Casa, que deu um prazo de 120 dias, para o funcionário público se manifestar quanto aos direitos alterados então numa modificação introduzida na época. Gerou polêmicas das mais diferentes posições no Estado, inclusive pronunciamento desse Poder a respeito e conhecendo a matéria como conhecíamos e inclusive juntamente com o eminente Deputado Ivo Thomazoni, pudemos fazer correções do texto do Estatuto do Funcionário Público, exatamente para adequar o interesse de muitos funcionários que se encontravam no interior e desconheciam essa prerrogativa alinhavada neste chamado decreto-lei quando ocupou interinamente o Governo do Estado do Paraná.

Mas essa fixação de prazo de 120 dias, embora tenha sido dada uma redação diferente, foi uma sugestão da Oposição.

Aqui no Artigo 38: "O Poder Executivo expedirá os atos necessários à execução da presente lei".

Não há prazo e apresentamos uma emenda à Comissão de Constituição e Justiça, que também não foi apreciada.

Ora, em matéria de Direito, nada há sem prazo. Todo processo é dinâmico, precisa ter um prazo. Onde há vida, há prazo. A vigência da lei tem que ter prazo, sob pena de ter uma falha absolutamente imperdoável do ponto de vista técnico. Chega a ser grosseiro, não culminar prazo na aplicação das leis e quando não há, - a Lei de Introdução ao Código Civil mesmo, quando não há prazo para vigência, para entrada em vigor de uma lei, o Código Civil apraza em 120 dias. Não é este o caso e não se aplica também a este caso a Lei de Introdução ao Código Civil.

Aqui precisa. O Governo precisa dizer quando vai aplicar, quando vai entrar em vigor esta lei. Então uma emenda neste sentido a Oposição está oferecendo e neste aspecto, Sr. Presidente, faço daqui, da tribuna, um requerimento verbal, no sentido de ser reapreciada, ou serem reapreciadas ou serem apreciadas, já que não o foram pela Comissão de Constituição e Justiça, através do Plenário, as emendas todas que constam a partir do voto em separado e aquelas que nós já enunciamos aqui desta tribuna, mas um ponto devo salientar neste momento.

É que quando da discussão da matéria, da apreciação das emendas na Comissão de Constituição e Justiça, discutiu-se e lamentavelmente ficamos sozinhos na discussão desta tese de que essas emendas não voltariam para a Comissão de Constituição e Justiça.

Hoje nós haveremos de provar que estávamos com a razão, e na hora de se levantar este aspecto, Sr. Presidente, faço um apelo a Vossa Excelência para que essas emendas sejam levadas em conta, para que o Plenário possa apreciá-las com retidão, debruçando sobre cada uma delas, para que no futuro não tenham dúvida, voltaremos para a tribuna para cobrar daqueles que não atendendo a vigilância do processo legislativo, perderam a oportunidade de aperfeiçoar o projeto, e ensinar ao Estado, quem sabe, pesados ônus, por discussões judiciais e nós estaremos vigilantes, como já o fizemos com relação a outros Estatutos aqui aprovados, para cobrar dos homens que executam as leis neste Estado.

Neste sentido, Sr. Presidente, quero crer, minha participação no encaminhamento dessa matéria, já que o requerimento foi formulado para ser reapreciado, endereçando à Mesa essa consideração.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 96/80. Encerrada a discussão, em votação. Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Serei breve, porque o Deputado que me antecedeu na tribuna, já reconheceu as várias alterações que foram introduzidas no plano de lei original, beneficiando os Servidores Públicos do Paraná.

E venho à tribuna, simplesmente, Sr. Presidente, para praticar um ato de justiça e reconhecermos o empenho de vários dos Srs. Deputados, de várias entidades de classe, e da disposição democrática do Poder Executivo, em discutir os pontos nebulosos desta matéria para, afinal, encaminhar a esta Casa mensagem aditiva, que, sem favor algum, melhorou substancialmente o projeto original.

E faço esta afirmação, para eliminar toda e qualquer dúvida que ainda possa sobreviver mesmo diante da evidência de fatos que são públicos e notórios. E basta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, manusear o processo, para que se chegue à conclusão de que os resultados foram, inegavelmente, os melhores possíveis. E da mesma forma, como se destacou da tribuna, a participação da Oposição, é justo que se reconheça que a Ban-

cada do Partido Democrático Social encaminhou ao Poder Executivo, em requerimento enviado à Mesa e aprovado unanimemente pelo Plenário, várias sugestões que foram prontamente acolhidas e que constam do corpo do novo plano de lei.

Não se pretenda portanto, disseminar a idéia infeliz e injusta de que unilateralmente a Oposição prestou serviços, ofereceu a sua contribuição para a elaboração desta matéria. Seria no mínimo deixar de respeitar também, a exaustiva e solidária participação de inúmeras entidades de classe do Estado do Paraná. A começar pela Associação dos Servidores Públicos do Paraná, com a intenção de poder auferir os frutos, como consequência de um trabalho consciente, apresentado não exclusivamente a esta Casa, mas também à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos. Gostaria tão somente de fazer este registro, Sr. Presidente, para dizer claramente, com pronúncia de todas as sílabas, que este Poder contribuiu, não de forma solitária para a melhoria desta mensagem. Porque ao receber a incumbência da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, teve este relator o cuidado de conversar com todos os Deputados que se interessaram pela matéria, de analisar todas as emendas que foram propostas. Isto está claro de forma meridiana, Sr. Presidente, no parecer que foi aprovado também com votos de Oposição e somente contra o voto solitário do Deputado Fidelcino Tolentino.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica clara esta nossa manifestação, porque se aqueles que não querem fazer justiça aos homens, mas aos seus atos, se aqueles que não querem ter a grandeza de reconhecer o trabalho que foi formulado e que foi desenvolvido, a estes nada melhor do que a resposta pelas palavras e pelos atos concretos, e não simplesmente pelas idéias que se perdem por falta ora de respaldo constitucional, quem sabe até por falta de maior sinceridade.

Concluindo, devo agradecer a compreensão dos eminentes Senhores Deputados que participaram na discussão desta matéria, que se preocuparam em procurar o Relator da Comissão de Constituição e Justiça para trazer as suas idéias e nenhum ficou sem resposta, nenhuma dúvida levantada ficou sem ser discutida. Como dissemos em nosso parecer, adotamos esta postura para que não saísse prejudicado o servidor público do Estado, em obediências aos preceitos constitucionais.

Finalizando, devo louvar, desta tribuna, o empenho do Governador Ney Braga, o empenho do Sr. Secretário dos Recursos Humanos, o empenho do Poder Executivo no sentido de atender, prontamente, logo no limiar de seu Governo, esta que era uma reivindicação de muitos e muitos anos; porque o último plano de reclassificação foi formulado, aprovado e vigorou a partir do primeiro Governo Ney Braga.

Votarei conscientemente e com a maior tranquilidade favoravelmente a esta matéria. E devo tão somente justificar a apresentação de uma emenda de Plenário, procurando fazer eco a uma justa reivindicação do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná, que pretende a denominação de sua carreira privativa no serviço público de jornalista, ao contrário da carreira de Técnico em Comunicação Social.

Como entendemos que a emenda não tem nada que a torne inconstitucional, porque nem aumenta despesa e nem traz consequências que possam deformar a estrutura do projeto, nós apresentamos esta emenda de Plenário e solicitamos aos Srs. Parlamentares que a apoiem para fazer justiça a uma classe que tão formidáveis serviços tem oferecido a todos os paranaenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está em votação o projeto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, apenas para tirar da minha boca, palavras que eu não disse.

Quem disse foi o Deputado Airton Cordeiro, que pretende, com esforço que não consegue, colocar na minha boca, palavra que eu não usei; este Deputado não usou. E fomos até por uma questão de apreço e consideração, reconhecer muitas das emendas, que aliás contraria o que está explícito, de forma genérica no parecer do relator, que a participação não fez menção específica, absolutamente.

Foi à tribuna reconhecer que a Oposição contribuiu. E toda vez que o Poder Executivo aceitar sugestões da Oposição, seremos os primeiros a fazer justiça. Não há necessidade de usarmos da contestação de outro partido, para reconhecer este aspecto. E também em momento algum a Oposição disse que votará contra. E o voto dos eminentes Deputados da Oposição, no parecer, foi com relação ao projeto em si, o projeto global, do qual não descaramos, apenas no voto em separado, está alinhavado alguns pontos, que pessoalmente reconhecemos e apresentando algumas emendas para ajustamento das divergências que, no nosso entender, eram necessárias colocar. E quero crer que toda a Oposição votará no projeto, porque o projeto, evidentemente, reconheça-se, melhorou substancialmente. Veja-se, por exemplo, Sr. Presidente, que o fato de o Poder Executivo pedir a sua devolução ante as críticas que se formulavam aqui, evidentemente que já foi um reconhecimento de que esta Casa explodiria em sugestões, se o Poder Executivo não procurasse conciliar os interesses dos servidores. E associações de classe que nós reconhecemos publicamente, até em entrevistas e em nosso parecer e da nossa defesa da matéria da tribuna, temos que reconhecer. Agora o que nós lamentavelmente não poderíamos aceitar, é este jogo de palavras para que fôssemos jogados contra os organismos de classe. Isto seria, no mínimo, má fé, Sr. Presidente.

E esta colocação queria fazer, para reconciliar o bom entendimento e de alto nível, nesta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação o projeto.

O SR. CYRO MARTINS — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Está em discussão o Projeto de Lei n.º 96/80. Ao analisar o anteprojeto que Sua Excelência o Sr. Governador do Estado mandou para a Assembléia, nos fixamos, principalmente, nos artigos 15, 16, 21 e 22. (Lê):

“Ao analisar os proventos que os inativos do Estado recebem dos cofres públicos, cabe-nos medidas capazes de sanar tamanhas irregularidades.

De forma geral, os inativos não podem sobreviver com o que recebem pela sua aposentadoria.

E, o Projeto de Lei 96/80, vem dar realmente um golpe financeiro aos mesmos, colocando-os através do Art. 15, com seus proventos de inatividade no vencimento básico inicial.

É, de uma forma sutil, o congelamento das vantagens que os inativos já tinham, e, mingudadamente vêm recebendo.

Conhecedor de casos específicos do servidor aposentado, trago ao conhecimento dos Srs. Deputados, o que acontece com os engenheiros.

A idade limite de atividades profissionais nos setores diversos empresariais fixa a idade máxima 55 anos. Até aí o profissional pode se manter através de sua capacidade, daí para frente deve ficar “conformado” com os minguados proventos da aposentadoria.

O mais grave, são as dificuldades, através das quais passa, aquele inativo que não tem condições de trabalhar.

Manter a posição de profissional de curso superior através do que recebe do Estado é impossível.

Outros, doentes, não podem nem atender as necessidades prementes de seu estado físico.

Bem, Srs. Deputados. Será que os jovens integrantes da equipe do atual Governo não analisam esse aspecto, de que os inativos já ofereceram ao Paraná, uma vida inteira com muita perseverança e acima de tudo com muito idealismo pela causa pública?

São eles um patrimônio do Estado, pois dedicaram a sua capacidade profissional, de forma irrestrita, no passado, para atender aos reclamos e necessidades daquela época.

Os dispositivos que interessam ou interessariam aos inativos são: os Artigos 15, 16, 21 e 22.

O Artigo 15 voltou com a mesma redação da mensagem primitiva, embora nossos esforços para a conscientização dos secretários responsáveis pelo setor.

A novidade foi a inclusão dos parágrafos 1.º e 2.º.

O parágrafo primeiro, parece ter como objetivo cercar os aposentados em cargo em comissão, incluindo que “a correlação dos cargos será apurada em face dos requisitos exigidos pelas respectivas leis que estabeleceram tais modificações”.

Como as respectivas leis posteriores não se referem aos cargos antigos, há um total prestígio para aqueles que ontem tiveram cargos em comissão, e hoje estão aposentados.

Quanto ao parágrafo segundo, pretende-se incluir os advogados de níveis 26 e 27, da restrição estabelecida no parágrafo primeiro, havendo na última frase uma exceção indecifrável:

“... estendendo-se a mesma regra aos casos idênticos em que tenha havido reestruturação de carreira”.

Realmente, o parágrafo segundo, apresenta uma exceção e uma chance para os advogados.

O artigo 16, volta com a mesma redação.

A novidade é com respeito ao parágrafo único deste Artigo 16, que virá favorecer certos funcionários na sua atividade, com a decorrência da Lei 6.794/76 que incorpora serviço extraordinário nos proventos de inatividade.

Beneficia só os aposentados de 1976 para cá.

A nova redação dada ao Artigo 21, faz parecer que o tratamento aos inativos tenha mudado, no entanto, numa análise mais profunda, os mesmos não usufruirão de benefício algum.

E, desta análise, chega-se à conclusão que só há benefícios para aqueles que em cargos em comissão hoje, se aposentarem.

O Artigo 22, diz que “o funcionário que vier a ser aposentado por implemento de idade e na época estiver exercendo cargo de provimento em comissão, há mais de um ano, poderá ter os seus proventos calculados com base no vencimento desse cargo em comissão, independentemente dos requisitos estabelecidos no art. 140 da Lei 6174/70.”

Este artigo 22, realmente tem como objetivo beneficiar aqueles com pelo menos um ano de exercício no cargo em comissão, o que na Mensagem anterior nem era exigido.

Voltando ao caso específico dos Engenheiros aposentados, tomo a liberdade de ler artigo inserido no jornal “NOTÍCIAS DA FNE” (Federação Nacional dos Engenheiros): (Lê).

“A DEPLORÁVEL SITUAÇÃO DOS APOSENTADOS E INATIVOS.

Com o propósito de debater e solucionar os problemas

enfrentados pelos engenheiros inativos, residentes em cada Estado, a FNE está solicitando aos Sindicatos que procedam levantamento e encaminhem os dados. O primeiro relatório que nos chega vem do Paraná e revela a deplorável e triste situação a que foram reduzidos pelo modelo econômico vigente, os colegas aposentados e inativos:

Os engenheiros inativos no Estado do Paraná, recebem de vencimentos a importância de Cr\$ 15.320,40, conforme é amplamente comprovado pelas cópias dos comprovantes de pagamentos emitidos pelo Governo.

O restante dos proventos, constante dos comprovantes, refere-se a adicionais, gratificação de chefias e salários de família que são variáveis de engenheiro a engenheiro, pois resulta de sua vida funcional.

Levamos ainda ao conhecimento desta Federação, que entre os engenheiros inativos, encontramos nesta situação humilhante de vencimentos iguais a dois salários mínimos, engenheiros paranaenses que em melhores anos de sua vida deram o que de melhor podiam, em prol do engrandecimento do Estado, nas funções de Ministro de Estado, vice-Governador e de Companhias mistas, sendo que dois deles se encontram recolhidos ao leito, sem poder trabalhar, passando verdadeiras privações com seus familiares, o que dá as dimensões da injustiça que vêm sofrendo os engenheiros inativos do Paraná.

Ocorre ainda que recente mensagem do Governo do Paraná à Assembléia Legislativa, quer enquadrar os engenheiros inativos na inicial dos engenheiros da ativa, porém cortando os adicionais e gratificações de funções adquiridas por direitos da Lei e tempo conforme consta do artigo 15 da mensagem, o que vem mais uma vez em prejuízo dos engenheiros inativos já amplamente sacrificados.

Assim, completando, esperamos que a nossa Federação efetue gestão junto ao Governo do Estado do Paraná, no sentido de reparar essa injustiça, equiparando os engenheiros inativos aos que vêm se aposentando atualmente em novo quadro funcional, de salários mais elevados e com todos os seus adicionais adquiridos, por direito de Lei e por tempo de serviços prestados.

Outra sugestão que fazemos é solicitar à Federação a publicação de artigos a respeito do assunto, em nosso jornal para conhecimento público brasileiro das condições de inatividade dos engenheiros do Paraná."

Também no caso específico dos engenheiros, trago ao conhecimento dos Deputados, a moção que será apresentada no próximo Congresso de Engenheiros: (Lê).

"O ENGENHEIRO NO SERVIÇO PÚBLICO

No conceito do leigo o engenheiro pode parecer eminentemente um profissionalista, e da engenharia assegurar aos que obtém o privilégio de seus diplomas, uma carreira lucrativa.

Alguém já definiu bem a engenharia dos nossos tempos: "Não é mais a engenharia a ciência que se ocupa, somente, com o estudo e o emprego das forças e materiais da natureza para uso e proveito do homem - ela é, igualmente, a arte de organizar e dirigir os próprios homens".

Com essa assertiva, se compreende o acesso do engenheiro a cargos de direção e a postos da administração, devendo-se o seu aproveitamento para cargos públicos à flexibilidade dos estudos em nossas escolas de engenharia. Pelos conhecimentos adquiridos, com sua cultura consolidada pelo senso da lógica e da razão, o engenheiro apresenta vantagens no exercício de uma função pública, sobre os que assumem as mesmas funções sem tais conhecimentos.

É desnecessário num congresso como este justificar a importância do engenheiro na administração pública. Ressaltamos todavia apenas alguns fatos, como o de haver as Associa-

ções Nacionais de Engenharia dos Estados Unidos, procedido um inquérito sobre os serviços prestados em diversos ramos pelos engenheiros, inquérito esse por meio de consulta a profissionais de renome, grandes empresas, órgãos de administração pública e também a órgãos de Administração dependentes.

O resultado foi surpreendente. As qualidades do engenheiro apareceram - como servidor público - classificadas em:

Predicados Gerais	75 por cento e
Predicados Técnicos	25 por cento.

Como predicados gerais foram destacados quatro pontos essenciais - CARÁTER, CRITÉRIO, DILIGÊNCIA e CONHECIMENTO DOS HOMENS.

Como predicados técnicos foram destacados dois pontos: PREPARO E TÉCNICA, esta abrangendo a parte prática e comercial.

Conclui-se pois que é no sentido da utilidade e do serviço público que está sublimada a engenharia e porque justifica-se o êxito do engenheiro nos postos de direção dos negócios públicos.

Sintetizando, para significar ainda mais a sua importância junto à comunidade não é demais lembrar que o primeiro engenheiro foi Deus. A sua engenharia criadora é a primeira manifestação do seu amor. E para continuar a sua obra criadora escolheu-nos como seus colaboradores, devendo da nossa solidariedade nascer duradoras realizações destinadas a proporcionar o bem estar, unindo os homens.

O que pretendemos revelar perante este Plenário é que os poderes públicos de um modo geral, no Brasil, desconhecem a participação do engenheiro no complexo da administração. Os poderes públicos estaduais, como sóe acontecer no nosso Estado, o Paraná, dispensam aos mesmos tratamento injusto, principalmente àqueles que pela idade e tempo de serviço já se recolheram à inatividade.

Existe uma discriminação injustificável no tratamento dispensado a tais profissionais.

Os aposentados que não integram ostensivamente a facção política do Governo recebem um tratamento diferente dos demais; os que se encontram na atividade também, igualmente, recebem tratamento desigual, tendo em vista que o enquadramento remuneratório é de exclusiva competência do Governador do Estado.

Para exemplificar, um ex-Ministro do Estado que prestou relevantes serviços frente a altos cargos da administração pública percebe na inatividade, hoje, pouco mais de dois salários mínimos. Igual exemplo poderemos comprovar com ex-Vice Governador, ex-Secretário de Estado, ex-Diretores de autarquias e inúmeros outros casos.

Em contrapartida os protegidos são comumente aposentados com remuneração além de vinte salários mínimos, sem que tenham exercido qualquer função de maior responsabilidade, sendo importante salientar perante esta Assembléia essa discriminação também no tratamento entre os que se acham em atividade, fato que a exemplo do que acontece no Paraná, deve estar havendo em outros estados do Brasil.

Como pode se atingir a felicidade humana se os erros e as iniquidades cometidas pelos poderes públicos são discricionariamente dirigidos aos seus próprios auxiliares diretos?

Como engenheiro e participante do Congresso, ciente dessas injustiças praticadas aos colegas que por vocação ou por convicção ingressaram no serviço público, acho oportuna e humana a solidariedade do plenário para que possa a revelação aqui feita extravasar este recinto e refletir fora, para que seja observado o disposto na Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966, em pleno vigor e que estabelece o salário mínimo a ser atribuído aos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária.

Como homenagem a esses colegas que muito deram e

continuam a dar de si para o progresso do Brasil e que de qualquer forma ingressaram no serviço público é que solicito a aprovação de uma moção a ser expedida aos governos estaduais no sentido pelo menos, da aplicação do estabelecido no citado dispositivo legal, ou seja, da aplicação do que dispõe a Lei 4.950-A de 22 de abril de 1966.

A moção poderá ser consubstanciada no seguinte modelo de ofício que ofereço ao Plenário e à Mesa.

Sr. Governador.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, atendendo deliberação do Plenário do no sentido de que fosse oficiado aos Chefes dos Executivos Estaduais, sugerindo o reexame da situação funcional dos profissionais da engenharia integrantes do quadro de servidores públicos, inclusive que se encontram na inatividade, visando a adoção de um critério remuneratório condizente com a atualidade.

Outrossim, foi ainda deliberado que se fizesse citar a conveniência de ser observado o disposto na Lei número 4.950-A de 22 de abril de 1966, como base para a solução de tão discutido assunto.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus protestos da mais alta consideração e apreço.

Presidente.

Esta é a situação e os reclamos dos engenheiros aposentados. Situações muito piores encontramos entre as demais classes de inativos do Estado.

Estas classes que já deram toda a sua vida através de suas atividades, através de sua capacidade, através de seu amor ao Estado e à Pátria, sentem-se hoje marginalizados e, porque não afirmar até desesperados, na ânsia de solução que benha atender seus mínimos e indispensáveis reclamos da necessidade de sobreviver.

Reações já não as têm mais, pois foram exauridas já nas funções que honrosamente exerceram por 25, 30, 35 ou mais anos de serviço que prestaram com orgulho e devoção ao Estado do Paraná.

Eis, porque, dentro de minhas restritas condições de parlamentar nesta Assembléia Legislativa, preocupando com as precaríssimas condições financeiras com que vivem e se debatem nossos colegas, nossos subordinados, nossos superiores, nossos ex-funcionários, enfim todos aqueles que hoje, na inatividade, relembram e o fazem com orgulho justificado, tudo o que fizeram e realizaram na função pública, e, que não sentem e não recebem, a atenção governamental, cujos representantes, muitos jovens por sinal, não vivem e não sentem e não voltam suas atenções para o passado, esquecendo que o amanhã dos mesmos poderá ser esse: de cair no esquecimento das novas gerações".

Justifico pois a apresentação da nova redação ao Artigo 15 que passaria a ter a seguinte redação, caso os nobres Deputados estejam sensibilizados com as condições críticas dos inativos do Estado do Paraná. (Lê):

EMENDA Nº 04

PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI Nº 96/80

O Art. 15, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 15 — Nenhum servidor inativo poderá ter seus vencimentos básicos de inatividade inferiores ao vencimento inicial estabelecido para cargo correlato ao qual foi apresentado, ressalvados os casos de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, cuja proporcionalidade deverá ser mantida".

Saía das Sessões, em 09 de dezembro de 1980.

(a) CYRO MARTINS

Apoiamento: Gabriel Manoel, David Cheriegate, Palácios, Werner Wanderer e Tércio Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação o Projeto de Lei 96/80, ressalvadas as emendas.

Sobre o mesmo, um requerimento subscrito pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

Regimentalmente, o Deputado infra-assinado requer audiência das emendas pela CCJ às quais constam do voto separado e as apresentadas neste Plenário, em segunda discussão.

Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. — Rejeitado.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente.

O requerimento, data vênua, encaminhado à Mesa, independe de deliberação do Plenário. Isso consta do Artigo 146, parágrafo segundo, Sr. Presidente.

Já tem juízo formado neste Poder, consta de decisões de várias oportunidades, já é jurisprudência indiscutível aqui nesta Casa, que as matérias relativas a estatutos em que são apresentadas emendas, quando não apreciadas, como foi o caso e nós já alertamos da tribuna, que formularíamos requerimento neste sentido, e nós saberíamos da ocorrência por antecipação, que desaguar neste ancoradouro, por esta razão é que eu, regimentalmente, impetro este recurso a Vossa Excelência, de que este requerimento precisa ser despachado liminarmente, Sr. Presidente, e não a consenso do plenário, porque independe de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa esclarece ao nobre Deputado que de acordo com o Art. 146, parágrafo primeiro, quando o projeto contiver um número razoável de artigos, a Assembléia poderá resolver. O Plenário é soberano, é a decisão da Mesa.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa já alertou o nobre Deputado sobre a matéria, já é matéria vencida.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, é com relação a esta matéria que tem que ser votada artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa coloca em votação a Emenda número 01, apresentada na CCJ, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Em votação a Emenda número 1. — Rejeitada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda número 01, ao Projeto de Lei nº 96/80, queiram levantar-se.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados). Responderam à chamada nominal 49 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

A Mesa fará a verificação de votação solicitada pelo Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

(É procedida a verificação de votação).

15 Srs. Deputados aprovam a Emenda número 01; 30 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitada.

Em votação a Emenda número 02. — Rejeitada.

Em votação a Emenda número 03, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — Rejeitada.

O SR. RENATO BERNARDI — Peço verificação de votação.
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.
(É feita a verificação).

16 Srs. Deputados aprovam; 29 Srs. Deputados rejeitam.
Rejeitada.

Em votação a Emenda número 04 — Rejeitada.

Em votação a Emenda número 05. — Rejeitada.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação, porque, parte dos Srs. Deputados da Bancada do Governo, se mantém sentada, e parte, se mantém em pé.

Eu gostaria de saber se eles estão votando contra ou a favor.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa atende a questão de ordem do nobre Deputado, independente desta Presidência ter constatado que a maioria havia se pronunciado.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda número 05, queiram levantar-se.

15 Srs. Deputados aprovam; 30 Srs. Deputados rejeitam.
Rejeitado.

Em votação a Emenda número 06, apresentada à Comissão de Constituição e Justiça pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — Rejeitada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação, porque não é possível que uma emenda desta não seja apreciada com mais atenção.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

16 Srs. Deputados aprovam; 30 Srs. Deputados rejeitam.
Rejeitada.

Em votação a Emenda número 07, apresentada na CCJ, pelo nobre Deputado Paulo Camargo. — Aprovada.

Em votação a emenda número 01, apresentada em plenário, pelo nobre Deputado Ezequias Losso. — Rejeitada.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

17 Srs. Deputados aprovam; 25 Srs. Deputados rejeitam.
Rejeitada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Faço uma indagação à Mesa, porque estou numa situação oblíqua e não estou percebendo se está sendo obedecido o Regimento Interno, quanto ao problema da indumentária do eminente Deputado Nelson Buffara, que me parece não estar alinhado dentro das prerrogativas do referido Regimento.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado, que o Deputado Nelson Buffara está decentemente trajado de acordo com o Regimento Interno.

Em votação a Emenda número 02, apresentada em plenário pelo nobre Deputado Airton Cordeiro. — Aprovada.

Em votação a Emenda número 03, apresentada em plenário, pelo nobre Deputado Airton Cordeiro. — Aprovada.

Em votação a Emenda número 04, apresentada em plenário pelo nobre Deputado Cyro Martins. — Rejeitada.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Gostaria de solicitar de Vossa Excelência, a verificação de votação, porque não entendi esta votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

19 Srs. Deputados aprovam; 23 Srs. Deputados rejeitam.
Rejeitada.

Em votação a Emenda número 05 apresentada em plenário pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino, e demais Deputados.

Acrescente-se ao parágrafo único do artigo oitavo, as seguintes expressões...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É notório que na medida em que se foi votando cada uma das emendas, apenas duas delas, se não me falha a memória, — não entendo muito de números — mas parece que duas delas, apresentadas pelo eminente Deputado Airton Cordeiro, que aliás a Oposição está de pleno acordo, foram aprovadas. O critério, não sabemos qual é. A forma foi essa que o público todo assistiu e votou, Srs. Deputados.

Agora, o que constrange, Sr. Presidente, eu tenho até receio de ferir suscetibilidade e não o faço, para esta finalidade.

É que as emendas, muitas das quais vão trazer consequências para o Estado do Paraná, nem sequer foram examinadas.

Primeiro a Comissão de Justiça repele; segundo, o alertamento feito da tribuna; o Plenário rejeita liminarmente. O recurso impetrado também foi rejeitado.

Esse é o princípio das maiorias; primeiro, duvidoso, estranho inclusive à racionalidade.

Permitam-me a liberdade de dizer, porque não é possível, Sr. Presidente, um projeto que precisa de aperfeiçoamento, o Parlamento não examina, a perfeição do projeto. E não há porquê, Sr. Presidente, deixar de fazer este alerta ao Poder Legislativo.

Não se trata mais de Oposição. Aqui há um componente da sociedade paranaense representada. E não se busca aqui a ascensão oposicionista.

Muito pelo contrário. Não há esta pretensão. A pretensão é de aperfeiçoamento do projeto. E esta postura ficou declarada no voto dado às emendas apresentadas pelo eminente Deputado da situação.

Neste caso, assegurando reajustes nas mesmas bases percentuais dos futuros aumentos de vencimentos dos cargos da parte permanente.

O artigo oitavo, Sr. Presidente, trata — não tenho o projeto aqui na mão — trata de problema de inativos. Assegurando reajustes nas mesmas bases percentuais, de futuros aumentos de vencimentos, se não me falha a memória, e eu não tenho aqui na mão, mas é relativo ao pessoal suplementar que no futuro pode ser — está aqui, é o artigo oitavo mesmo. Diz ainda o parágrafo único, acrescente-se: "São mantidas as mesmas características para o cargo ocupado pelo funcionário que passa a integrar a parte especial, inclusive denominação e nível e vencimento.

Agora, não trata da segurança dos reajustes em bases proporcionais.

Todos sabemos que, quando há uma alteração nos quadros do funcionalismo, muitos deles ficam através desses expedientes

descuidados do processo legislativo, a procurar Deputados aqui para fazer alteração, porque as leis tornam-se injustas para esses funcionários.

É um desses casos, e esta Assembléia apreciou recentemente, casos iguais a este, é o caso de funcionários do Tribunal de Alçada, é o caso de funcionários do Tribunal de Justiça, é o Quadro de Funcionários da Receita do Estado.

Então, esta fórmula apresentada aqui, Sr. Presidente, nenhum prejuízo vai trazer, e nenhuma alteração vai trazer nos cofres, se é que os eminentes Deputados da Situação estão preocupados com o Orçamento do Estado. É só ler, que vão verificar que não há nenhuma discriminação aos cofres nem à receita aplicada ou futura aplicação de receita.

É apenas assegurar ao funcionário uma forma de não ser prejudicado pelo processo inflacionário. É o único cuidado que se teve com esse parágrafo aí, o aumento de palavras, apenas para assegurar reajuste nas mesmas bases percentuais dos futuros aumentos de vencimentos aos cargos da parte permanente. Vê-se desde logo, que é para evitar prejuízo e injustiças, Sr. Presidente, aos funcionários que ficam postergados por leis que venham a ser aprovadas.

Porque, se não se fizer este esclarecimento legal, evidentemente que os censores da aplicação de receita do Estado vão cortar os inativos que ficam desassistidos e as suas famílias pagando penas que não cometeram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação a Emenda número 05, apresentada pelo Deputado Fidelcino Tolentino.

Os Srs. Deputados que provam a Emenda, permaneçam como estão. — **Rejeitada.**

Em votação a Emenda número 06, de plenário, apresentada pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino, subscrita pelos demais Srs. Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, tenho que pedir tolerância pela minha insistência.

Não sei qual é a emenda, porque a cópia que tenho não consta o número que foi aduzido à Mesa agora, recentemente. Sobre o que ela versa?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura: (Lê)

“Art. 15 — Os servidores inativos terão seus proventos reajustados “ex-officio”, observada a correspondência fixada para respectivo cargo, em igualdade de condições, ao pessoal em atividade, sendo respeitadas, para efeito de cálculo, as normas constantes dos artigos 7.º e 8.º desta lei”.

Em votação a Emenda número 06. — Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — **Rejeitada.**

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere. 16 Srs. Deputados aprovam; 27 Srs. Deputados rejeitam. **Rejeitada a Emenda número 06.**

Em votação a Emenda número 07, apresentada em plenário, pelo Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria de saber o teor dessa Emenda.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura da Emenda número 07. (Lê a Emenda número 07).

Em votação a Emenda. — **Rejeitada.**

Emenda número 08, apresentada em Plenário, pelo Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. 1.º Secretário procederá a leitura da Emenda n.º 08. (Lê a Emenda número 08).

Em votação.

O SR. RENATO BERNARDI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhamos a votação desta Emenda número 08, no momento em que parece que as emendas vão chegando ao final, para, principalmente, destacar o trabalho e a participação da bancada do PMDB, no processo do Plano Geral de Reclasseificação do Funcionalismo Público do Estado do Paraná, em matéria essa que se encontra nesta Casa já há alguns meses.

Em razão disto, Sr. Presidente, a nossa bancada, numa das suas reuniões plenárias, houve por bem destacar uma comissão presidida pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino, que tem se consagrado nesta Casa e por diversas e variadas vezes, tanto da tribuna deste Parlamento, como de outras atividades do Plenário e de Comissões, como um homem altamente interessado no aprofundamento da questão de recursos humanos do Estado do Paraná, e sobre a presidência deste nobre companheiro, foram realizados exaustivos estudos inclusive, Sr. Presidente, com a contratação de assessoria externa, para que a bancada da Oposição pudesse, efetivamente, ter uma participação em todas as fases, em todos os níveis do procedimento legislativo, desta matéria de tanta relevância.

Tanta relevância, Sr. Presidente, que hoje entendemos e vemos que muitas vezes a iniciativa privada ganha a competição com o poder público, na questão de recursos humanos dada a agilização que lhe é permitida, em razão da livre concorrência, mas em razão especialmente da estagnação porque passa a maneira de tratar que o Estado tem em relação aos seus recursos humanos.

E era justo, Sr. Presidente, que nesta oportunidade em que vamos chegando ao final de um trabalho exaustivo, comandado pelo representante da Bancada do PMDB, o Deputado Fidelcino Tolentino, era justo que se registrasse também nos Anais desta Casa, a energia, o idealismo, o desprendimento deste Parlamentar que honra e dignifica esta Casa de Leis.

É verdade que pode ter o Governo, através de sua bancada, as suas razões próprias para repelir e rejeitar as propostas feitas pela Oposição.

Entretanto, o nosso Partido se sente gratificado ao chegar praticamente ao final nesse segundo turno de apreciação e discussão, este plano geral de reclassificação, porque deste trabalho original feito pela nossa bancada e liderado pelo Deputado Tolentino, várias das sugestões apresentadas a este trabalho, para ser mais exato, Sr. Presidente, nove dessas sugestões acabaram sendo incorporadas ao próprio processo legislativo e ao próprio projeto.

E, Sr. Presidente, quando tanto se fala em esvaziamento do Poder Legislativo, quando tanto se fala em perda de nossas prerrogativas, quando tanto se fala no fortalecimento deste Poder, é preciso que tenhamos o senso de oportunidade para se registrar um trabalho sério dessa natureza, quando evidentemente num período extraordinário desse, muitas vezes se pretende, na pressa, no afogadilho, se fugir de determinadas discussões.

Entretanto, a Casa, não só a Bancada do PMDB, não só o Deputado Fidelcino Tolentino, devem se sair engrandecidos e gratificados, mas o Parlamento paranaense, depois dessa exaustiva discussão de ontem e de hoje no segundo turno, todo o Parlamento deve sair gratificado e acreditado, ciente de que uma semente nova deve ter sido lançada nas lutas parlamentares do Paraná.

Era este o registro, Sr. Presidente, que gostaria de fazer no encaminhamento da votação desta última emenda, em

cima da qual, mais uma vez a Bancada da Oposição vai dar o seu voto favorável. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação a emenda.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, ouvimos atentamente o encaminhamento de votação feito pelo nobre Líder do PMDB nesta Casa e reconhecemos como ele bem o frisou, que houve um trabalho importantíssimo da Bancada da Oposição na condução da apreciação dessa matéria pelo plenário.

Reconhecemos também, nós da Bancada do Governo, que se a Mensagem não é completa, se ela frustrou diversos segmentos do funcionalismo público do Estado, foi aquilo o máximo que o Governo podia fazer, nas circunstâncias atuais.

E aí, louve-se o mérito do Governador Ney Braga, pois a última reclassificação do funcionalismo do Estado, foi exatamente no primeiro período governamental de Ney Braga.

De lá para cá, nenhum Governo importou-se com a sorte do funcionalismo público. E agora, no seu segundo governo, ainda como bem disse o Deputado Airton Cordeiro, no limiar do seu segundo governo, foi a preocupação primeira do Governo do Estado em proceder a reclassificação do seu funcionalismo.

E se ela frustrou como já disse, algumas classes funcionais, é porque temos que reconhecer que as aspirações do funcionalismo, nem sempre infinitas, porque as necessidades da vida moderna assim o exigem e assim até comprimem o funcionalismo contra o Governo do Estado.

Mas, devemos reconhecer, por outro lado, que os recursos do Tesouro do Estado são finitos. Dependem de uma previsão orçamentária, de uma estimativa de receita, de um governo fiel ao seu compromisso com o povo do Paraná, de tudo fazer pelo desenvolvimento do Estado.

É evidente que não pode comprometer toda sua receita apenas com o pagamento do funcionalismo. Mas este Governo preocupou-se com o funcionalismo do Estado. Vejam a classe dos professores, que acaba de sair de um movimento paredista, de um movimento grevista, foi a que mais recebeu em todos os governos, foi neste Governo.

Veja-se a sorte do professor suplementarista, que foi uma das preocupações iniciais de Ney Braga, quando assumiu o seu governo.

Era de garantir ao professor suplementarista estabilidade na sua vida, a fim de que, ao final de cada ano, ele não terminasse com a preocupação de obter trabalho, de obter aula para o exercício escolar seguinte. Felizmente, está resolvida a situação.

Ainda existem, diversas classes funcionais que estão aí pleiteando, que estão gritando, que estão brigando, por um reajuste.

Ainda no decorrer desta semana, aportará a esta Casa mensagem do Governo, atendendo em parte as reivindicações das Polícias Civil e Militar do Estado. Também é um esforço enorme do Governo, é um esforço gigantesco que o Governo faz para conciliar desenvolvimento com as necessidades do seu funcionalismo.

Reconhecemos, Sr. Presidente, a importância do trabalho da oposição; reconhecemos que o Deputado Fidelcino Tolentino realmente é um leão na sua luta pelo funcionalismo. Reconhecemos este mérito do nobre Deputado, mas também não podemos deixar de consignar nos Anais da Casa o trabalho do relator da matéria, Deputado Airton Cordeiro, que por parte

da Bancada do PDS encaminhou e discutiu exaustivamente, adentrando noite à fora com os Srs. Secretários responsáveis pelo setor, discutindo as reivindicações feitas através de requerimento pela bancada do PDS.

E tanto isto é prova que o Governo recolheu a mensagem e mandou de acordo com a Constituição, mandou uma emenda sobre a própria mensagem, atendendo distorções, corrigindo enganos, atendendo aspirações de determinadas classes funcionais.

Então, não foi só a Oposição; a bancada da Situação, por unanimidade de seus membros, encaminhou requerimento ao Sr. Governador do Estado, apontou erros, omissões, pleiteou soluções, solicitou melhorias e as obteve através do trabalho do relator da matéria, Deputado Airton Cordeiro, que soube, em todos os momentos, representar o pensamento não só da bancada do PDS, como também do próprio Poder Legislativo. Assisti o Deputado Airton Cordeiro reivindicando emendas Oposição, junto ao Secretário dos Recursos Humanos, ao Secretário das Finanças e ao Secretário do Planejamento.

Naquela oportunidade, o relator despiu-se de sua condição de membro da bancada do Governo para representar o Poder Legislativo numa luta em favor do funcionalismo.

Necessário então, se torna que os anais da Casa registrem ao lado das observações mais justas do Deputado Renato Bernardi, digno, culto e nobre líder da Bancada do PMDB nesta Casa.

Queremos também, na oportunidade em que se aprecia a última emenda, que lamentavelmente não pode levar o nosso apoio pelas razões que já enumerei, agradecer à Oposição no todo; ao nobre Deputado Daros, representante do PTB; aos nobres Deputados representantes do PP, cujo trabalho, cujas presenças, possibilitaram o aperfeiçoamento, embora parcial, da mensagem original do Governo.

Disse o Deputado Renato Bernardi que a semente foi lançada. Tenho certeza que ela germinará. Haverá o aperfeiçoamento melhor e maior no relacionamento entre o funcionalismo do Estado e o Governo.

Temos certeza que estas condições adversas, que atravessa a Nação brasileira, que aliás atravessam quase todas as Nações não produtoras de petróleo, todas as nações do mundo Ocidental, temos certeza que esta situação adversa, se Deus quiser, há de se definir favoravelmente. Retomaremos o caminho do desenvolvimento com progresso e com justiça.

Temos certeza que, antes do final deste Governo, as demais reivindicações do funcionalismo do Estado, consubstanciadas nas próprias emendas da Oposição, virão à discussão, serão examinadas e atendidas pelo Governo, porque este é o pensamento de um grande líder deste Estado, de um homem que hoje está no Poder pela via indireta, mas que conquistou todos os postos de sua vida pública através do voto popular, um homem que tem sensibilidade política e, acima de tudo, humana.

Ninguém pode negar, no Governador Ney Braga, a sua sensibilidade, sobretudo humana.

Aqui estão duas senhoras, neste plenário, que foram recebidas por diversas vezes na residência do Governador, que as ouviu atentamente, que as encaminhou. Que se não pode atendê-las até agora, o fará na oportunidade. Citei este exemplo para demonstrar a sensibilidade humana do Governador Ney Braga; ele também se entristece, também se angustia, quando não pode atender às reivindicações do funcionalismo, em toda a sua plenitude, como era desejável.

Mas temos certeza que antes do término do seu Governo — repito, o funcionalismo estará perfeitamente enquadrado dentro daquilo que ele merece e dentro do reconhecimento que todos os cidadãos paranaenses devem ter por estes artífices do progresso e do desenvolvimento do Paraná.

Muito obrigado.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação a Emenda número 08, de Plenário. — Rejeitada.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 72/80), que autoriza o Poder Executivo a proceder permuta da área que especifica, parte de propriedade do Estado e parte do patrimônio da autarquia Departamento de Estradas de Rodagem, pela área, também específica, de propriedade da Rede Ferroviária Federal S/A, na sede do Município de ANDIRÁ. Parecer Favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 157/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 70/80), que autoriza o Poder Executivo doar o imóvel que especifica, de propriedade do Estado, à Filarmônica Antoninense, Associação Civil de Utilidade Pública, com sede e foro na cidade de Antonina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 75/80), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de PARANAGUÁ o imóvel que especifica, de propriedade do Estado, situado na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 168/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Paranaguá, o imóvel situado à Rua Corrêa de Freitas, constituído por um edifício de alvenaria, com 805,00 metros quadrados e respectivo terreno adquirido do referido município, conforme escritura pública de doação, transcrita sob o número de ordem 21.151, às fls. 284, do livro 3-S, do Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 12 de novembro de 1980.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 168/80

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental número 75/80, o projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Paranaguá o imóvel situado à Rua Corrêa de Freitas, constituído por um edifício em alvenaria com 805,00 metros quadrados, e respectivo terreno adquirido do referido município.

Na realidade, segundo se verifica do contexto da citada mensagem, trata-se de uma devolução que o Estado efetua ao Município de Paranaguá, uma vez que o edifício do Fórum já está localizado em outro terreno também doado pela municipalidade.

A matéria está amparada na Constituição e se reveste da forma regimental.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 66/80, oriundo de Parecer da CCJ, à ex-Proposição n.º 67/80, (Mens. Govern. n.º 76/80), que aprova o Termo de Convênio SELP número 156, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de ADRIANÓPOLIS, objetivando a compra e distribuição de uniformes e material

escolar para alunos das primeiras séries do ensino de primeiro grau. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 67/80, oriundo de Parecer da CCJ, à ex-Proposição n.º 68/80, (Mens. Govern. n.º 77/80), que aprova o Termo de Convênio SELP número 126, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Fundação PROJETO RONDON, visando ao estabelecimento de mútua colaboração no desenvolvimento de interesses do Estado e de seus municípios. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 68/80, oriundo de Parecer da CCJ, à ex-Proposição n.º 69/80, (Mens. Govern. n.º 78/80), que aprova os Termos Aditivos e Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios aqui nominados, que objetiva a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia, CIRETRANS e Cadeias Públicas, nas sedes dos citados municípios. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/80, oriundo de Parecer da CCJ, à ex-Proposição n.º 70/80, (Mens. Govern. n.º 79/80), que aprova os Termos Aditivos celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de SÃO JORGE DO IVAÍ, e TUNEIRAS DO OESTE, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana na sede dos citados municípios. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 73/80, oriundo de Parecer da CCJ à ex-Proposição n.º 71/80, (Mens. Govern. n.º 81/80), que aprova os Convênios de Cooperação e Compromisso, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de PALMEIRA e IMBITUVA, objetivando a construção do terminal rodoviário de passageiros dos citados municípios. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Diziviewski. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do cantor e compositor John Lennon. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando voto de regozijo e de parabenização pela passagem do 28o. aniversário de Alvorada do Sul. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Valduga e Del Ciel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo e parabenização pela passagem do 46o aniversário de Londrina. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a diversas autoridades, visando a elevação do percentual obrigatório de aplicação de depósitos livres por parte da rede bancária para as empresas privadas brasileiras, beneficiando as pequenas e médias empresas. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando seja devolvido ao Poder Executivo o Projeto de Lei número 127/80. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo estudos para a criação do Ginásio Estadual na Escola "Paulo Pimentel" Ensino de Primeiro Grau, no Guatupê, Município de São José

dos Pinhais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao DETRAN e Prefeitura Municipal de Curitiba, encarecendo providências com respeito à segurança do trânsito no trecho viário da Rua Brigadeiro Franco entre as esquinas Martin Afonso e Padre Agostinho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Nelson Martinazzo, Vencedor do Concurso Nacional de Produtividade. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministro da Agricultura e Presidente do Banco Central, encarecendo medidas quanto à prorrogação dos débitos dos suinocultores no Estado do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quarta-feira, às 15:00 horas, Sessão Solene destinada à entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao cientista Albert Sabin.

Marcando também para quinta-feira, dia 11, à hora regimetal, Sessão Ordinária com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 96, 156 e 157/80.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 158 e 168/80, e de Resolução n.ºs 66, 67, 68, 69 e 73/80.

Marcando ainda para sexta-feira, dia 12, às 10:00 horas, Sessão Ordinária com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 75/80.

Levanta-se a Sessão.